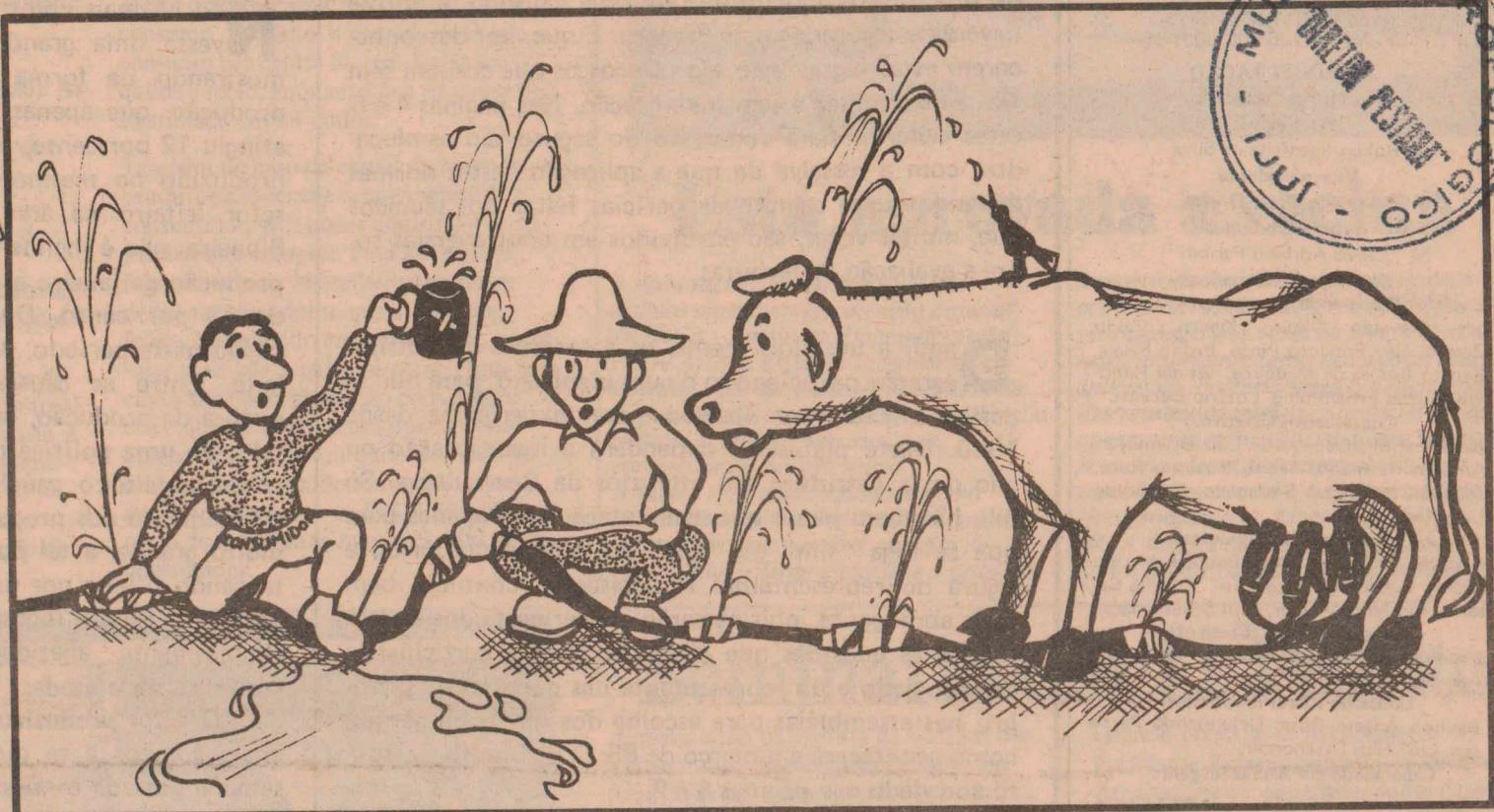




## LEITE

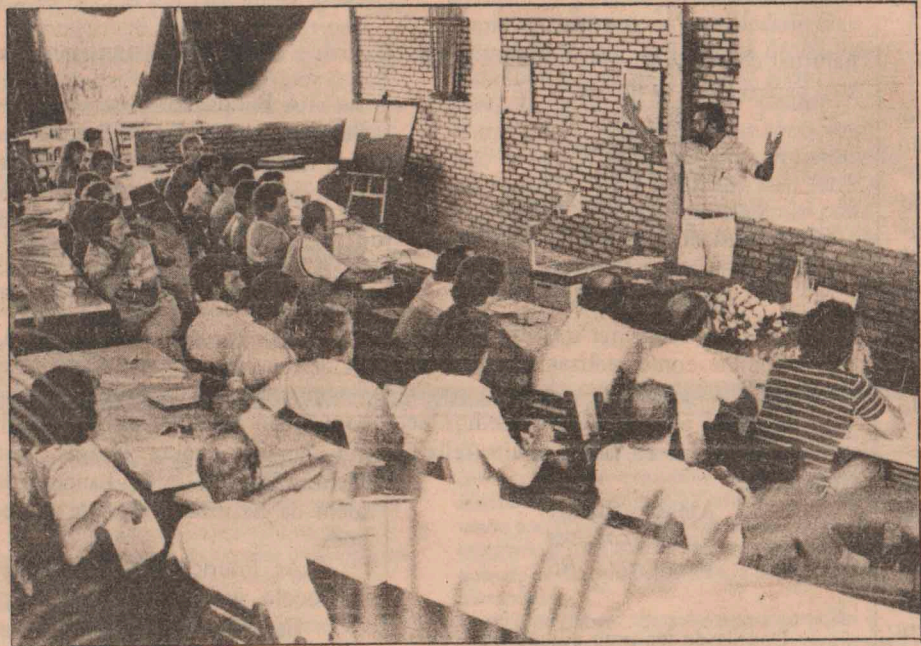
Atividade é cada vez menos rentável. Cai a produção em todo o Estado, e muita gente continua deixando de levantar cedo para ganhar pouco



# ATÉ ONDE VAI A CRISE?

*Perspectivas não são boas. A nova crise pode estar apenas no começo*

Páginas 6 e 7



Seminário  
**As propostas que chegam do M. Grosso**

Páginas centrais

## Proagro A lavoura nas mãos da perícia

*O Manual de Crédito Rural revela que quase tudo o que se decide, na área de Proagro, fica por conta dos peritos. Eles emitem laudos que, muitas vezes, são contestados pelo produtor.*

Páginas 4 e 5

**O ano do plebiscito**  
O que poderá mudar com novo estatuto

Páginas 8 e 9





**COOPERATIVA REGIONAL TRITICOLA SERRANA LTDA.**



Rua das Chácaras, 1513  
Caixa Postal 111 - Ijuí, RS  
Fone: PABX - (055) 332-2400  
Telex: 0552199

CGC ICM 065/0007700  
Inscr. INCRA N.º 248/73  
CGC MF 90.726.506/0001-75

**ADMINISTRAÇÃO**  
Diretoria Executiva

Presidente:  
Ruben Ilgenfritz da Silva  
Vice-presidente:  
Arnaldo Oscar Drews  
Superintendente:  
Clóvis Adriano Farina  
Diretores Contratados:

Euclides Casagrande, Nedy Rodrigues Borges, Oswaldo Olmiro Meotti, Valdir Zardin, Rui Polidoro Pinto, Bruno Eisele, Renato Borges de Medeiros, Vilmar Hengges, Lurdes Froemming, Lotário Deckert.

**Conselheiros (Efetivos)**

Waldemar Michael, Walter Luiz Driemeyer, Arnaldo Hermann, Telmo Rovero Roos, Joaquim Librelotto Stefanello, Reinholdo Luiz Kommers.

**Conselheiros (Suplentes)**

Rodolfo Góçvalves Terra, Euclides Marinho Gabbi, Constantino José Goi, Vicente Casarin, Ido Marx Weiller, Erni Schünemann.

**Conselho Fiscal (Efetivos)**

Leonides Dallabrida, Aquilino Bavaresco, Abu Souto-Bicá.

**Conselho Fiscal (Suplentes)**

Paulino Angelo Rosa, Delarmando Portolan, Luiz Neri Beschoner.

**Capacidade em Armazenagem:**

LOCAL	INSTALADA
Ijuí	164.000 t
Ajuricaba	33.000 t
Augusto Pestana	33.000 t
Chiapetta	60.000 t
Cel. Bicaco	40.000 t
Sto. Augusto - Sede	77.000 t
Sto. Augusto - Esq. Umbú	50.000 t
Ten. Portela	60.800 t
Jóia	67.000 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	91.000 t
Maracajú - Sede	65.000 t
Maracajú - Vista Alegre	17.000 t
Sidrolândia	52.000 t
Rio Brilhante	29.000 t
Dourados - Sede	82.000 t
Itaum (Dourados)	25.000 t
Indápolis (Dourados)	17.000 t
Douradinha	17.000 t
Caarapó	17.000 t
Ponta Porã - Posto Guaíba	42.500 t
Ponta Pora	29.000 t
Itaporã - Montese	17.000 t
Campo Grande - Anhanduí	17.000 t
Aral Moreira - Tagi	17.000 t
Bonito	17.000 t



**COTRIJORNAL**

Órgão de circulação dirigida ao quadro social, autoridades, universidades e técnicos do setor, no país e exterior.

Nossa tiragem: 18.500 exemplares

Associado da ABERJE



Associado da



Registrado no Cartório de Títulos e Documentos do município de Ijuí, sob número 9.

Certificado de marca de propriedade industrial M/C11 número 022.775 de 13.11.73 e figurativa M/C11 número 022.776, de 13.11.73.

**REDAÇÃO**

Dária C. Lemos de Brum Lucchese  
Moisés Mendes

Composto no Jornal da Manhã, em Ijuí, e impresso no Jornal do Comércio, em Porto Alegre.

**Ao leitor**

Quem conhece o Manual de Crédito Rural, que contém todas as normas referentes aos recursos liberados para a agropecuária? É verdade que poucos já manusearam este livro, que possui mais de 400 páginas. Pois é neste Manual que está tudo o que se refere ao Proagro, o seguro que garante ao banco a devolução do empréstimo tomado pelo produtor, quando de uma safra frustrada. Uma leitura destas normas acaba revelando que muitos agricultores até hoje ignoram direitos e deveres assegurados pelo Proagro. E que, por desconhecerem estas regras, não são poucos os que acabam sem ter o que colher e sem indenização. Nas páginas 4 e 5, estes critérios para concessão do seguro são esmiuçados, com a ressalva de que a aplicação destas normas depende quase sempre de perícias feitas por técnicos que, muitas vezes, são envolvidos em controvérsias sobre a avaliação de lavouras.

D aqui a uns dois meses, os associados da Cotrijornal estarão participando de um plebiscito, para que se defina a Estrutura do Poder, em experiência desde 1980. Deste plebiscito dependerá a incorporação ou não desta Estrutura aos estatutos da Cooperativa. Só que há quem pense que esta votação será apenas para que se diga "sim" ou "não" ao sistema que criou a figura do representante. A decisão é, contudo, bem mais abrangente, pois passarão a fazer parte dos estatutos várias questões que dizem respeito à participação do associado e do representante nas decisões da Cotrijornal, nas assembleias para escolha dos novos dirigentes, como acontecerá em março de 85. O plebiscito é assunto abordado nas páginas 8 e 9.

Depois de quase três décadas, desde a sua fundação, a Cotrijornal intensifica, nesses últimos anos, o debate interno, para que se reavalie o comportamento da Cooperativa. É a partir desta análise que se poderá ter clareza quanto aos novos rumos a serem seguidos, e que são uma exigência das constantes mudanças registradas na economia como um todo, e na qual, é claro, está inserido o cooperativismo. Este questionamento fez com que acontecesse, no final de maio, em Campo

Grande, o 1º Seminário de Diretores e Gerentes, no mais prolongado e interessante debate já realizado no Mato Grosso do Sul. Os resultados deste seminário estão nas páginas centrais, 12 e 13, e podem contribuir para a reflexão de dirigentes, funcionários e, principalmente, dos associados não só do MS, mas de toda a área de ação da Cooperativa.

Não há mais como negar que o setor leiteiro atravessa uma grande crise. Os números estão aí, mostrando de forma muito clara o decréscimo da produção, que apenas nestes primeiros cinco meses já atingiu 12 por cento, numa comparação com o que foi produzido no mesmo período de 83. A situação do setor leiteiro na área de ação da Cotrijornal, Região Pioneira, não é menos ruim. Só em 84, computando a produção de janeiro a maio, a quebra já anda por volta de 13 por cento. Deixaram de ser produzidos, na região neste período, 1 milhão, 168 mil e 648 litros de leite. Entre as causas responsáveis pela acentuada quebra de produção, os produtores estão apontando a falta de uma política para o leite que garanta amparo ao setor leiteiro gaúcho através de preços justos. O achatamento nos preços do leite gerou um desestímulo muito grande, a tal ponto que muito produtor anda trocando o leite por uma outra atividade. As matrizes ou estão sendo repassadas para fora do Estado ou simplesmente abatidas. A qualidade do rebanho começa a ser afetada.

O setor produtivo, preocupado com os rumos da crise, começa a se mobilizar. Ainda no decorrer da semana passada o ministro da Agricultura, Nestor Jost, recebeu das mãos do secretário da Indústria e Comércio do Estado, Luiz Adams, um documento elaborado pelo Conselho Estadual do Leite, reivindicando maior atenção para atividade leiteira gaúcha. Entre as sugestões contidas no documento, destacam-se a recuperação do preço do leite para o produtor em relação aos custos de produção, a eliminação do frete dois e uma remuneração a nível de produtor de Cr\$ 433,55 por litro de leite. Toda a situação da atividade leiteira no Estado e na região está nas páginas 6 e 7.

**Do leitor**

**MOSTRA DE PRODUTOS CASEIROS**

A Prefeitura Municipal de Santa Rosa, através da Secretaria de Expansão Econômica, Emater, Secretaria da Agricultura, Cotrirosa, Cooperativa Mixta São Luiz Ltda., Conselho Municipal de Preservação do Meio Ambiente, APAN, 17ª D.E. CRES, Lions Clube Cruzeiro e AENORGS, farão realizar no dia 10 de agosto do corrente ano, no Parque Municipal de Exposições, o 2º Encontro Estadual de Hortigranjeiros e a 2ª Mostra de Produtos Caseiros e Artesanato Rural.

Objetivamos com isto, conscientizar os produtores sobre a importância da produção e comercialização dos produtos hortigranjeiros, desenvolver uma mentalidade produtiva, com melhores técnicas e sobretudo dar ênfase aos projetos hortigranjeiros em desenvolvimento no município, projetando a economia de subsistência no setor primário.

O encontro está aberto à participação de técnicos, produtores, donas de casa, clubes 4-S, estudantes, feirantes, clubes de mães e demais interessados.

Gostaríamos de contar com seu apoio bem como da empresa, organização ou entidade que Vossa Senhoria pertence ou dirige, participando, encaminhando interessados e divulgando o evento.

Na esperança de merecermos a sua

habitual colaboração, aproveitamos a ocasião para renovar as nossas,

Cordiais saudações

Erni Friderichs

Prefeito Municipal

Eclair Krüger Moraginski

Secretário de Expansão Econômica

**ASSINATURAS**

Gostaria de assinar o Cotrijornal. E perguntou-lhe como realizar a assinatura e o pagamento. Peço enviar-me um exemplar do jornal, para conhecê-lo melhor. Se isto for possível, eu ficaria muito feliz e agradecido.

Atenciosamente

Rui Marcos Jost

Vera Cruz - RS

Depois de ler uma edição do jornal "Cotrijornal" de um colega, resolvi fazer um pedido de assinatura.

A assinatura será em nome do Engenho São Valentim Ltda., porque facilita a leitura por um maior número de pessoas. Em anexo estou enviando Cr\$ 3.500,00 em dinheiro.

Certo de ser atendido e esperando as edições do jornal, agradeço antecipadamente.

Atenciosamente

Jorge do Vigg

Uruguaiana - RS

**CULTURA MISSIONEIRA**

A Fundação Missioneira de Ensino Superior - FUNDAMES, tendo por objetivo valorizar e investigar as manifestações culturais como elemento primordial na busca da identidade do povo missioneiro, realizará, de 18 a 21 de julho, em seu Campus, a I Jornada Regional da Cultura Missioneira, com a duração de 45 horas.

Esta Jornada contará com a presença de renomados estudiosos e pesquisadores como Armindo Trevisan, Moacir Flores, Sílvio Back, Deonísio da Silva, Mário Simon, Juarez Chagas, Guido C. Hentz, Dra. Helga U. Langroff Piccollo, além da Exposição de Arte sobre as Missões.

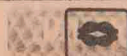
As inscrições devem ser feitas no protocolo da FUNDAMES ou por correio.

Esperando contar com seu apoio na divulgação deste acontecimento, agradecemos,

Prof. Clowis Apollo Mitri

Presidente da FUNDAMES

A assinatura do Cotrijornal tem o custo anual de Cr\$ 3.500,00. Este valor deve ser enviado em cheque nominal para a Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda. - Cotrijornal - Rua das Chácaras, número 1513 (Caixa Postal 111) - Ijuí - RS CEP 98.700.





# O boi e o feijão

A polêmica em torno da necessidade do Brasil importar ou não carne da Europa, que durou quase um mês, parece estar esgotada. O ministro da Agricultura, Nestor Jost, se manifestou contra a importação, e depois o próprio presidente em exercício, Aureliano Chaves, desautorizou o negócio (na época Figueiredo viajava à China e ao Japão). As controvérsias deixaram, no entanto, muitas manifestações interessantes, que não se esgotam com o fim das especulações.

O presidente do Conselho Nacional de Pecuária de Corte, João Carlos de Azevedo Meirelles, participou do debate, pela imprensa, e jogou com informações que atacam qualquer discussão. Ele lembrou, por exemplo, que a ameaça de importação de carne é resultante do total descontrole da política para a pecuária, e da imprevidência dos que devem cuidar do abastecimento interno. Primeiro, porque a atividade é desestimulada; e segundo porque não houve formação de estoques.

Os números revelados por Meirelles: o Brasil tem o quarto rebanho bovino do mundo (100 milhões de cabeças); possui excedentes para exportar (500 mil toneladas); e, apesar do aumento da oferta de carne, vem registrando queda no consumo. Este ano, a previsão é de que o consumo per capita no país ficará em 13 quilos e meio, enquanto que na Argentina é estimado em 64 quilos.

Também no caso da carne, segundo ele, o produtor não recebe o que merece, e o consumidor, sem poder aquisitivo, se vê proibido de comprar. Para botar mais fogo no debate, Meirelles jogou outro dado: ele não admite que 1 quilo de feijão, "produzido em três meses", possa valer mais que 1 quilo de carne, "que leva cinco anos para chegar ao consumidor". É claro que ele exagera um pouco nesta comparação, pois um quilo de carne do corte mais barato, de terceira com osso, custa hoje ao redor de Cr\$ 1.800,00, e o quilo de feijão anda nuns Cr\$ 900,00, ao consumidor.



## O sucesso das abóboras

Dois abóboras conseguiram ser o centro das atenções das pessoas que chegavam até a Cotrijuí em Ijuí e passavam pela recepção central. As abóboras estiveram expostas aos olhares curiosos por quase todo o mês de maio. Não era para menos tanta admiração e curiosidade. Apenas uma delas, mais conhecida como "abóbora menina" ou "abóbora pescoço", media nada mais nada menos do que 1 metro e 40 centímetros e fora cultivada na propriedade do seu Helmut Serves, em Rincão do Tigre.

Mas na verdade, quem chamou mesmo a atenção do pessoal foi uma abóbora comum, cultivada na propriedade do associado Roque Didonet na Linha Base Sul e que pesou 38 quilos. O técnico agrícola da Unidade de Ijuí, Cláudio Gonchoroski, garante que as abóboras não chegavam a representar um fenômeno da natureza. Diz ele que um solo fértil e com alto teor de matéria orgânica pode muito bem produzir abóboras, senão no mesmo tamanho e peso, pelo menos semelhantes.

## Notas

● O Mato Grosso do Sul dá um exemplo de que investir em atividades produtivas, hoje em dia, não é lá muito estimulante. O Estado está em terceiro lugar no país em volume de recursos aplicados em cadernetas de poupança. O dado chegou à mesa do diretor de Comercialização e Operações da Cotrijuí no MS, Vilmar Hendges, e dá o que pensar.

● Na Zâmbia, uma república da África, os agricultores estão conseguindo rendimentos com o trigo que há muito o Rio Grande do Sul persegue mas não alcança. Eles obtêm até dois mil quilos por hectare, com a variedade "Whydah". O nome é complicado, mas não passa de um apelido dado à linhagem PF 7784, fornecida pela Embrapa de Passo Fundo. O trigo da Embrapa resiste bem às doenças naquele país, e atinge, na África, uma produtividade de dar inveja aos gaúchos.

● Agricultores da Região Pioneira, que vêm utilizando a crotalaria para combater manchas de nematóides na soja, estão no caminho certo, como já puderam constatar. Agora, pesquisadores do Cerrado, no Centro do País,

confirmam a eficiência deste tipo de controle, com o plantio da crotalaria "paulina", mais resistente aos vermes. Na Pioneira, a variedade usada é a "Yuncia", com bons resultados. A crotalaria é uma leguminosa que libera toxinas, quando se decompõe no solo, e extermina os nematóides.

● "Ojo de Cabra". Este é o nome do feijão mexicano que os brasileiros estarão consumindo este ano. O feijão está sendo importado, para garantir o abastecimento interno e frear as altas no preço do produto, segundo a CFP - Comissão de Financiamento da Produção. O Brasil pretende comprar do México 30 mil toneladas de feijão, gastando algo ao redor de Cr\$ 29 bilhões e 380 milhões de cruzeiros.

● Enquanto comprar feijão, trigo e outros produtos, o Brasil, é claro, também exporta, e deve faturar cerca de 8 bilhões de dólares com a venda de soja, café, cacau, açúcar e laranja este ano. Destes cinco principais produtos de exportação, a soja fica em primeiro lugar, devendo contribuir com um faturamento de 3 bilhões de dólares. Depois, pela ordem, estão o café, a laranja, o cacau e o açúcar.



## Está aprovada a vacina

A nova vacina anti-afetosa, que nos últimos anos mereceu atenção especial do IRFA - Instituto Riograndense de Febre Afetosa, empresa subsidiária da Cotrijuí, está aprovada. O Ministério da Agricultura liberou o produto, após testes realizados durante um ano, que comprovaram sua eficiência. A vacina vem sendo aguardada com expectativa pelas criadores, pois poderá representar uma sensível redução de custos. Ela é oleosa e imuniza o gado por

um período mais longo que as vacinas comuns. Atualmente, o rebanho deve ser vacinado três vezes ao ano, e com o novo imunizante serão necessárias duas aplicações. Posteriormente, dependendo dos resultados iniciais, é provável até que apenas uma aplicação anual seja suficiente. A vacina oleosa foi desenvolvida com tecnologia nacional e é a primeira deste tipo produzida na América Latina. O IRFA fabrica também outras vacinas e vários produtos destinados à pecuária.

## Seminário em D. Pedrito

A reavaliação da postura da Cotrijuí nos últimos anos terá debates também em Dom Pedrito, a exemplo do que ocorreu no Mato Grosso do Sul. A Regional promove, de 21 a 23 de junho, um Seminário Geral de Funcionários, para que se possa fazer uma análise do comportamento da Cooperativa, em suas áreas de atividades, com a abordagem também de questões específicas de interesse de funcionários e associados de Dom Pedrito.

No dia 21, gerentes, chefes de setor e outros funcionários assistirão a painéis, com palestras da direção da Cotrijuí,

estando previstas as participações do presidente Ruben Ilgenfritz da Silva; vice Arnaldo Drews; superintendente Clóvis Adriano Farina; diretor Regional, Tânio Bandeira, e outros dirigentes. No dia 22 a direção falará para lideranças de Dom Pedrito, participando de debates com presidentes de sindicatos, associações e outras entidades. E no dia 23 o seminário terá um encontro de gerentes, chefias e representantes dos funcionários, que atuam como porta-voz de seus setores. O seminário acontecerá na Escola Estadual Nossa Senhora do Patrocínio.

## Terminal já tem preço

Está encerrada a primeira etapa das gestões para venda do Terminal Luiz Fogliatto, de Rio Grande, a Portobrás. A Cotrijuí encaminhou, no dia 12 de junho, um ofício ao ministro dos Transportes, Cloraldino Severo, no qual concorda com a avaliação feita em dezembro de 82, pelo Geipot - Grupo Executivo de Política de Transportes, órgão do mesmo Ministério. Esta avaliação, na época, indicava que o Terminal valia 7 bilhões, 969 milhões e 746 mil de cruzeiros. Este valor deve, no entanto, ser corrigido, de acordo com as variações das ORTNs (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), e fica, com a correção de junho de 84, em 35 bilhões, 387 milhões e 824 mil cruzeiros. Com esta decisão, a Cotrijuí e o Ministério chegam a um entendimento, quanto ao que deve ser pago pelo Terminal. A partir de agora, a transação passa a ser estudada pela Secretaria do Planejamento da Presidência da República, que sempre se manifesta sobre grandes transações financeiras do governo federal. As perspectivas, para um desfecho favorável, continuam existindo, mas resta esperar pela decisão da Seplan.



Raguzzoni

Bicca

## Novos diretores

Dois associados e conselheiros da Cotrijuí em Dom Pedrito passaram, em junho, à condição de diretores adjuntos daquela Regional. Abu Souto Bicca assume a diretoria Administrativa e Financeira, e Rui Raguzzoni a diretoria de Operações. A decisão foi tomada pela direção da Cotrijuí, em conjunto com os representantes e o diretor Regional, Tânio Bandeira, em reunião realizada dia 5 de junho em Dom Pedrito. No dia 14, o Conselho de Administração esteve reunido, em Ijuí, quando aprovou as indicações. Assim, segundo Ruben Ilgenfritz da Silva, se amplia a participação dos produtores da própria Região, dentro da Cooperativa, a partir do momento em que eles também assumem cargos executivos. "É dessa forma - observa Ruben - que a renovação do quadro de dirigentes se dá com associados da Regional, como, aliás, já aconteceu no Mato Grosso do Sul".



# O Manual e suas normas

*A perícia decide quase tudo, com critérios que a grande maioria ainda ignora*

O mini e o pequeno produtor podem abater da receita de uma safra frustrada os gastos com a manutenção da família. Somente depois é que a sobra desta receita será levada em conta, para se calcular a indenização a ser coberta pelo Proagro. Mas quantos produtores sabem disso? Na verdade, estes e outros direitos assegurados pelo programa de Garantia da Atividade Agropecuária — o Proagro, são ignorados por muita gente. Também são desconhecidas, ao mesmo tempo, muitas das normas baixadas pelo governo para concessão deste seguro, e que fazem parte do Manual de Crédito Rural.

O Manual possui mais de 400 páginas, e só o capítulo destinado ao Proagro reúne perto de 50 folhas. Ali estão as circulares que o Banco Central envia aos agentes financeiros, cooperativas de produção e cooperativas de crédito, com tudo que se relaciona com crédito rural. A circular de número 762, de 23 de fevereiro de 83, por exemplo, deixa bem claro que o Proagro existe para "exonerar o beneficiário do cumprimento de obrigações financeiras", quando a receita conseguida não é a esperada.

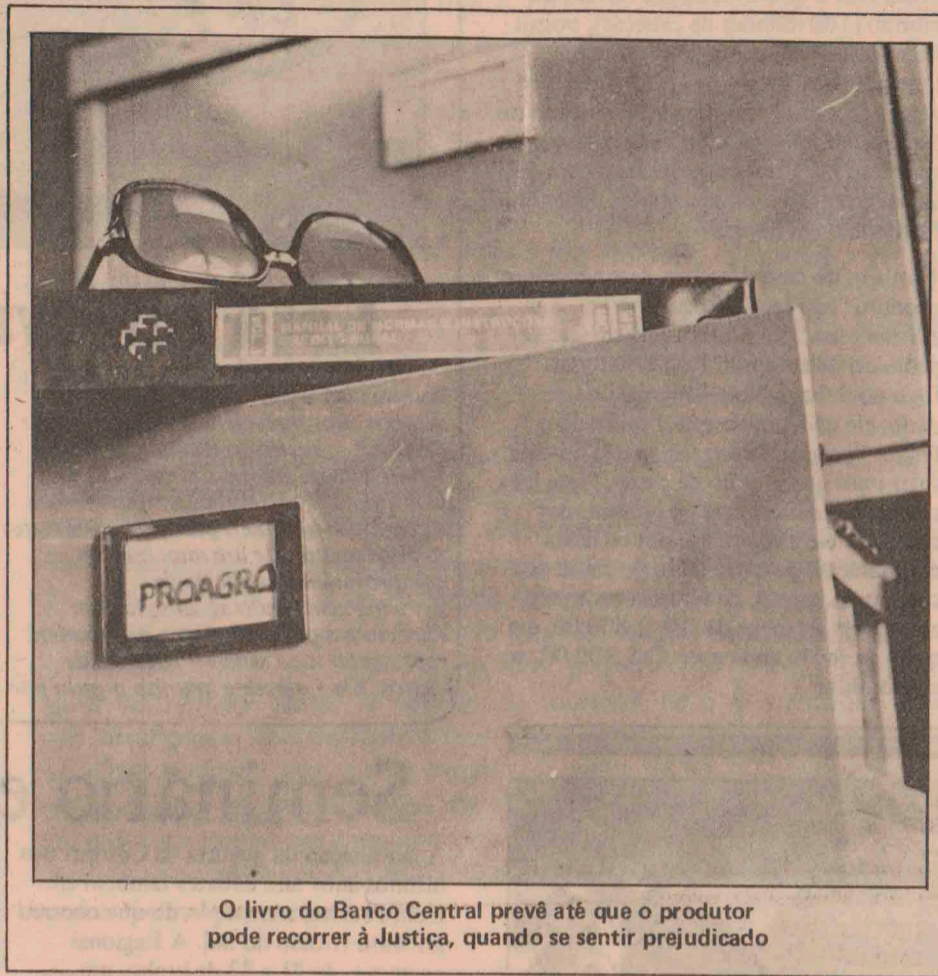
## PERÍCIA

Mas nem sempre o produtor consegue ficar livre deste compromisso, por desconhecer as normas ou enfrentar problemas com a perícia. Essa perícia, que o Banco do Brasil ou outro agente financeiro contrata para averiguar a situação das lavouras e avaliar perdas, deve ser realizada sempre que houver previsão de quebra superior a 30 por cento da safra esperada. O levantamento vai considerar as condições gerais da cultura e é decisivo para que o pedido de Proagro seja ou não aceito.

Também se prevê perícia para medição de áreas de todas as lavouras com mais de 200 hectares, que tenham solicitação de indenização, e em pelo menos 10 por cento das lavouras com área inferior, que estejam igualmente com pedido de Proagro encaminhado. As medições vão comprovar se a área plantada tem o mesmo tamanho da declarada ao banco. Se a área tiver diminuído em mais de 10 por cento, o produtor corre o risco de ficar sem o seguro. O Manual do Proagro não esclarece sobre o percentual de redução permitido, e os 10 por cento citados se baseiam na média dos procedimentos dos bancos, que estudam cada caso, para saber se houve "má fé".

## CAUSAS

Para passar pela perícia para constatação de perdas, a lavoura precisa ter provas de que foi atingida por pelo menos uma das causas de cobertura. Estas causas são todos os fenômenos naturais (chuvaradas, geadas, seca, ventos) e mais as doenças e as pragas. Mas o Proagro só vai amparar as lavouras que tenham sido atingidas por doenças ou pragas que não possam ser controladas por métodos viáveis técnica e economicamente. A perícia é que vai dizer se o controle é viável, se po-



O livro do Banco Central prevê até que o produtor pode recorrer à Justiça, quando se sentir prejudicado

deria ou não ter sido feito, e aí surgem as controvérsias.

O Proagro também não cobre perdas provocadas por erosão, se o produtor não adotou técnicas conservacionistas recomendadas. Também neste caso a perícia é quem decide, e os critérios para avaliação, se houve desleixo ou não do produtor, correm por conta do técnico contratado. Uma curva de nível que não segure a enxurrada pode ter sido bem feita, segundo o produtor, mas não segundo o perito.

Feito o pedido de Proagro, 15 dias depois da chuvarada, da geadas ou da queda de granizo, à cooperativa que realizou o repasse ou ao banco, em poucos dias o produtor terá a resposta, caso tudo fique esclarecido na primeira vistoria. Mas outras perícias podem ser realizadas, dependendo do interesse do agente financeiro. É importante também que o produtor saiba que a perícia será paga por ele, caso o pedido de Proagro não seja atendido pelo banco. Os valores cobrados são variáveis, e calculados com base no financiamento tomado pelo produtor.

## TECNOLOGIA

Para rejeitar um pedido, o banco pode argumentar, com base nos laudos da perícia, que o plantio foi feito fora de época, que a semente era de baixa qualidade, que o manejo da lavoura foi incorreto ou que a área é inferior à contratada. O que mais vale aí é a exigência do uso de tecnologia adequada, e o perito é quem decide. O banco também considera, para avaliação, os comprovantes de insumos utilizados na lavoura, que são solicitados a critério das gerências ou cartéis de crédito rural.

Também fica a critério do agente financeiro atender ou não pedido de Proagro de produtor que já realizou a colheita de área onde houve frustração. Geralmente, quando isso acontece, o pedido é indeferido, com exceção dos casos em que a perícia pode comprovar as perdas com segurança. A comunicação de perda fora do prazo de 15 dias também pode complicar. É claro que não se incluem neste prazo os prejuízos que possam ser provocados por chuvaradas, secas, doenças e pragas, pois a avaliação pelo produtor nem sempre é possível num tempo tão curto. Mas as geadas e a queda de granizo estão dentro deste prazo.

O produtor pode ainda solicitar verba suplementar, quando os prejuízos foram provocados, por exemplo, por enxurrada, e o replantio é possível. Toda a avaliação, neste e nos demais casos, fica a cargo do perito, que vai acompanhar a situação da lavoura a partir do comunicado sobre possíveis perdas, até a colheita. Mas a perícia também pode errar, e certamente comete muitos erros, e por isso o produtor tem seus direitos, como veremos mais adiante.

## COBERTURA

Passada a etapa de comprovação de perdas e emissão de laudos, depois da colheita vai se definir a cobertura a ser concedida, de acordo com as faixas em que o produtor se enquadrar (veja Cotrijornal de abril). A indenização é calculada da seguinte forma: se multiplica o número de sacos colhidos pelo preço mínimo do produto. O que resulta desta conta é a receita, e o que faltar para pagar o financiamento será coberto pelo seguro.

Desta receita o produtor pode

deduzir, pode descontar, os gastos com transporte, armazenagem, secagem, Funrural e ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias), desde que as despesas não passem de 15 por cento do total que ele conseguir com a venda do produto. O mini e o pequeno produtor ainda podem descontar da receita obtida os gastos com a manutenção da família, até a data de tomar o financiamento seguinte, para formação da próxima lavoura.

As contas, para se saber quanto ele pode gastar, são feitas pelo pessoal da Carteira de Crédito Rural, a partir da data de vencimento do contrato. Estas despesas não podem ser superiores, por mês, a seis MVR (Maior Valor de Referência), o que equivale hoje a Cr\$ 292.506,00, e também não podem passar de 15 por cento do valor do financiamento da safra frustrada ou 30 por cento da produção estimada. Outro direito do produtor, muitas vezes desconhecido: ele pode contar com cobertura parcial, de parte dos prejuízos, mesmo que venha a ser acusado de uso inadequado de tecnologia, de descuido com a lavoura.

## RECURSOS

Esta indenização é calculada considerando-se a parcela da produção que teria sido prejudicada pelo manejo inadequado. O perito pode constatar que em determinada lavoura a não-utilização de defensivos teve participação de 20 por cento na quebra. A cobertura é então calculada sobre a parte restante. Mas se, por descuido, a lavoura foi frustrada somente em função de desleixo, o Proagro é indeferido.

Para recorrer contra o indeferimento, o produtor junta uma série de documentos (contrato do financiamento, comprovante de despesas, os laudos da perícia), e o agente financeiro se encarrega de encaminhar esta papelada. O Banco Central, através da Comissão Especial de Recursos, dá a palavra final. Se a decisão da agência é mantida, o produtor perde o seguro. Dificilmente esta decisão de Brasília é alterada.

## ERROS

Mas o agricultor pode ir mais longe, se entender que foi prejudicado pela avaliação de perdas e ficou sem indenização. A circular 819, de 5 de outubro de 83, observa que "as firmas executoras das perícias são civilmente responsáveis pelos danos causados aos mutuários". Isso quer dizer que o produtor tem assegurado o direito de recorrer à Justiça, quando se sentir prejudicado e tiver como provar os erros da perícia.

Nessa síntese dos direitos e deveres de um beneficiário do Proagro, o que se vê é que a concessão de uma indenização depende quase que exclusivamente dos peritos. Eles tentam avaliar as causas de perdas, fazem estimativas e tiram outras conclusões que muitas vezes, não coincidem com o ponto de vista do produtor. Afinal, se sabe que técnicos da região da uva já andaram realizando vistorias na zona do trigo.



# Sem a safra e sem cobertura

Suportar as conseqüências de uma safra frustrada, principalmente na hora de pagar as dívidas, não é fácil. Pior ainda se o produtor não puder contar com a parte garantida pelo Proagro. A perícia técnica, as medições de área e outros critérios para a concessão ou não da indenização ainda deixam muita gente confusa. É o caso de Reny Soquetta, que planta em 38 hectares na localidade de Chorão, em Ijuí, e que este ano terá que usar o dinheiro da safra de soja para pagar o banco, porque perdeu o direito ao seguro para a lavoura de inverno de 83.

Ele plantou 16 hectares com aveia, pegando um financiamento de cerca de Cr\$ 600 mil. A área ficou mais ou menos dividida, com uma metade de aveia do cedo, e a outra de uma variedade do tarde. A lavoura do cedo foi logo atacada pela ferrugem, e depois, antes da formação de grãos, sofreu também o ataque de lagartas. Reny aplicou veneno na área, e decidiu solicitar uma visita da perícia do Banco do Brasil, pois achava que teria de pedir Proagro.

O técnico fez a vistoria, notou o estrago, mas não concordou que a ferrugem tivesse contribuído para os prejuízos na lavoura. "Ele colocou no laudo que a lavoura não tinha sido atacada por doença fúngica", relembra o produtor. Na outra área, de aveia do tarde, os prejuízos não foram tantos, como na primeira, mas Reny entendia que merecia Proagro, por causa dos danos sofridos pelo conjunto das duas lavouras.

## NEM COLHEU

No fim, a colheita foi realizada nesta segunda área, e o rendimento não passou de 200 quilos por hectare. Só que o técnico que fez a vistoria entendia que ela deveria render 1.200 quilos, "porque esta era a faixa de produtividade que havia sido financiada". Na lavoura de aveia do cedo, a quebra foi tão grande que a colheita nem foi realizada, pois não valia a pena. E isto que, para o perito, o problema era só com o ataque da lagarta.

Para complicar ainda mais, a perícia acusou uma redução de 1,4 hectares no total de 16 hectares contratados quando da liberação do financiamento. Reny não só ficou sem Proagro, como terá que devolver a parte que, segundo o Banco, não teria sido plantada. Ele conseguiu somente Cr\$ 155 mil com a aveia que colheu, e terá que pagar o saldo, de uns Cr\$ 445 mil, com a receita da safra da soja. O agricultor estranha que a perícia não tenha notado o estrago causado pela ferrugem, e também lamenta que uma redução de menos de 10 por cento tenha sido levada em conta.

## SEM ESPERANÇA

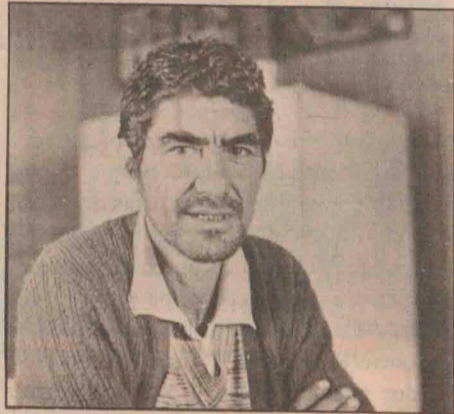
Reny pode ter sido incluído entre os produtores que têm Proagro indeferido por descuido no manejo, nos cuidados com o desenvolvimento da planta. E sua situação ficou mais difícil com a redução de área, que também aconteceu para João de Deus Pereira de Lima, que possui 21 hectares em Lajeado Librino, Tenente Portela. Em 1979, ele plantou 27 hectares de trigo, utilizando também um pedaço de terra da família, e ficou sem Proagro.

A geada atingiu a lavoura, e seu João de Deus solicitou indenização, caindo na triagem que o Banco do Brasil realiza para medição de área. Foi esta medição que apontou dois hectares a menos, e ele teve de devolver o dinheiro desta área não plantada. Também no seu caso, a redução no tamanho da lavoura foi inferior a 10 por cento, mas o Banco indeferiu o pedido de Proagro.

Naquela época, seu João teve que se virar e conseguir Cr\$ 73 mil, para poder pagar o banco, pois o trigo colhido ficou longe de cobrir o financiamento. Ele já mandou cartas para Porto Alegre e Brasília, na tentativa de conseguir a indenização, pois acha que tem direito, mas estes recursos não deram em nada. Com correção, o Proagro não liberado em 1980 estaria hoje ao redor de Cr\$ 1 milhão e 700 mil, conforme cálculos que o agricultor andou fazendo. Mas ele já não espera con-



Adalmiro: "Fico dependurado no banco"



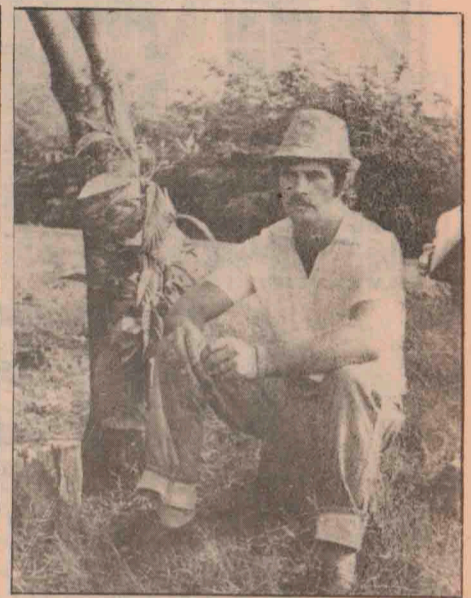
João de Deus: "Já perdi a esperança"

tar com este dinheiro.

## SEM SEGURO

No início de maio, outro produtor andava preocupado com as contas a pagar, em função de duas safras frustradas de soja. Adalmiro Wilde, dono de 33 hectares na Linha 13 Oeste, em Ijuí, estava com dois débitos, no Bradesco e no Banco do Brasil, referentes a saldos de custeio das lavouras deste ano e do ano passado. A preocupação de Adalmiro era justificada, pois ele obteve Proagro, e assim mesmo parcial, para apenas uma lavoura, a cutedada pelo Bradesco em 82 e colhida em 83.

Com a chuvarada que aconteceu no final da colheita, o agricultor acha que deixou na lavoura, de 20 hectares, umas 20 sacas de soja, que apodreceram. O Proagro cobriu parte dos prejuízos, e a



Reny colhe uma safra para pagar outra

conta de Adalmiro ficou com um débito de Cr\$ 325 mil, que ele deve pagar, com juros e correção, em agosto. "Vou vender uns porcos e me livro da dívida no Bradesco, mas no Banco do Brasil ainda vou ficar dependurado", disse o produtor.

## ARREPENDIDO

O custeio concedido pelo Banco do Brasil, também para uma lavoura com um total de 20 hectares, terá que ser devolvido com recursos do próprio agricultor, pois houve quebra na safra mas ele não solicitou Proagro. "Achei que iria dar pra colher bem, mas a soja amarelou e a safra ficou nuns 350 sacos", conta ele, admitindo estar arrependido de não ter solicitado vistoria da lavoura.

Com a receita da soja, Adalmiro está certo de que não conseguirá pagar o financiamento. Mas ele ainda não sabia, até o dia 8 de maio, quanto ficaria de débito no banco, e nem quando poderá saldar esta dívida. Mesmo assim, ele dizia estar apenas preocupado, sem se apavorar. "Não tenho dívidas, e se não conseguir pagar no prazo, eu saldo esta conta depois".

# Um grande desconhecido

Manoel Luzardo de Almeida

O Proagro (Programa de Garantia para a Atividade Agropecuária) foi instituído pela lei número 5.969, de 11 de dezembro de 1973 e, posteriormente, alterado pela lei número 6.685, de 3 de setembro de 79, que aumentou de 80 para 100 por cento o teto de cobertura do financiamento de custeio e investimento, concedido por instituição financeira. A administração do Proagro cabe ao Banco Central do Brasil, de acordo com as normas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional.

O produtor rural, em sua grande maioria, não sabe como se utilizar do Proagro. Quando dele necessita, para receber indenização, em conseqüência de prejuízo parcial ou total de sua safra, se defronta com um programa ainda muito complexo e excessivamente burocratizado. Este é um programa vinculado ao crédito rural. Daí a necessidade de se adaptar a todas as mudanças que vêm sendo implantadas no sistema de crédito. O Proagro é considerado, a rigor, o único seguro, a taxas reduzidas, que é mantido pelo go-

verno federal, haja vista o elevado descoberto acumulado desde que foi institucionalizado.

O seguro agrícola surgiu no Estado de São Paulo, quando, através do decreto estadual número 10.554, de 4 de outubro de 1939, era implantado para dar cobertura aos prejuízos provocados pelo grando na cultura do algodão. Porém, é na década de 50 que se aceleram os estudos voltados a preservar as colheitas e os rebanhos contra a eventualidade de riscos que lhe são peculiares.

Em 11 de janeiro de 1954, pela lei número 2.168, é criada a Companhia Estadual de Seguro Agrícola, destinada a desenvolver provisoriamente operação de seguros agropecuários. Esta lei foi posteriormente extinta, pelo decreto 73, de 21 de novembro de 1966, através do qual foi delegada ao Conselho Nacional de Seguros Privados a incumbência de disciplinar e, conseqüentemente, implantar o seguro rural.

Nesta síntese histórica, convém ainda informar que os Estados de São Paulo,

Minas e mais recentemente o Rio de Janeiro, por força da resolução número 5/10, de 14 de julho de 1970, do Conselho Nacional de Seguros Privados, estão operando com recursos subsidiados pelo governo da União. São operações de seguro rural para produtos essenciais daquelas regiões.

Verifica-se, portanto, que em matéria de seguro o Brasil, na realidade, está apenas começando. Não desconhecemos que há estudos e estudos acumulados, na área do governo federal, mas ainda não levados para a realidade agrícola do país. O Proagro, que é um sistema ímpar, sem outro exemplo no mundo, segundo pesquisas conhecidas, exige adaptação e maior flexibilidade, para que possa atender às peculiaridades regionais. Este deve incluir os riscos de cada área, podendo ser considerado instrumento de política agrícola, com um sistema de taxas diferenciadas por região e produtor.

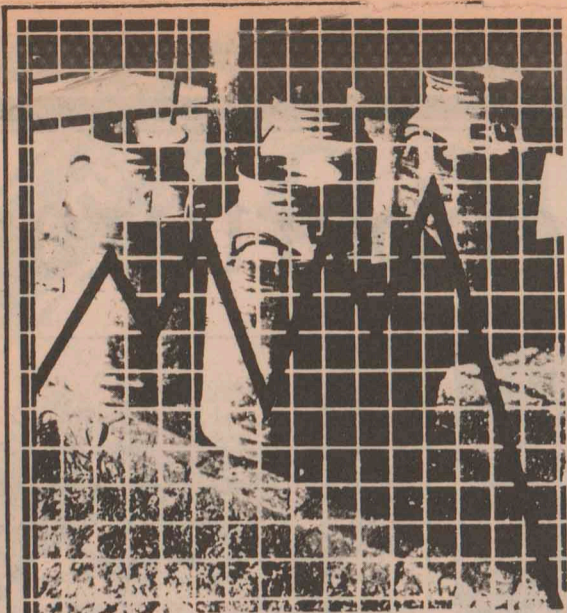
Sendo o Proagro vinculado ao crédito rural, beneficia somente aqueles que se utilizam dos recursos obtidos junto aos

bancos. Isso faz com que se caracterize como um seguro de crédito, embora mais recentemente tenha passado a abranger também os recursos próprios do agricultor, desde que estes complementem os financiamentos.

O produtor desconhece que o Proagro cobre somente o saldo devedor, na época do evento do sinistro (geada, chuvas, seca), e não os prejuízos. Outro elemento importante, em relação ao programa, é que as causas de cobertura são reduzidas, existindo ainda diversos fatores que não têm amparo assegurado pelo seguro.

Manoel Luzardo de Almeida é economista e um dos especialistas brasileiros em Proagro. É assessor econômico da Farsul (Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul), e integra a Comissão Especial de Recursos, da área de Proagro, em Brasília, junto ao Banco Central, como representante da Confederação Nacional da Agricultura. Na próxima edição do Cotrijornal ele comentará as dificuldades para funcionamento do Proagro e suas causas. E também fará sugestões para mudanças que considera indispensáveis no seguro rural.





# LEITE

# Uma crise que pode ir mais longe

Produção leiteira do Estado decresceu 12 por cento de janeiro a maio

O que até alguns meses atrás parecia ser apenas um indício. acabou por se confirmar. A produção leiteira no Estado atravessa uma das piores crises já vividas pelo setor e com poucas perspectivas de recuperação num curto espaço de tempo, principalmente se não acontecer uma reviravolta na política de preço para o leite, que venha compensar os altos custos da atividade. O setor começou a dar sinais de que se encaminhava para uma crise já em 83, quando o Estado deixou de produzir em torno de 50 milhões de litros de leite, caindo dos 550 milhões produzidos em 82 para 500 milhões no ano passado.

Estudos levantados pela Cooperativa Central Gaúcha de Leite (CCGL) mostram que a produção leiteira do Estado já decresceu, apenas nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril e maio, comparado com o mesmo período de 83, em torno de 12 por cento. Isto significa que nestes cinco meses já deixaram de ser produzidos nada mais nada menos do que 27 milhões de litros de leite. A própria CCGL diz que no ano passado, o acumulado até o final do mês de maio foi de 222 milhões 290 mil e 490 litros. Neste ano, nos mesmos meses, a produção ficou em 195 milhões, 109 mil e 869 litros de leite.

## PREÇOS POUCO COMPENSADORES

Para os produtores de leite, toda a questão da quebra de produção está na política do governo que não tem dado nenhum estímulo a atividade. Os preços

pouco compensadores têm remunerado cada vez menos os produtores, que de outro lado contam com altas taxas de juros, hoje em torno de 120 por cento, e com insumos cada vez mais caros. Só de julho de 82 a março de 84, conforme estudos feito pela Comissão de Alimentação do I Encontro Regional de Planejadores, o preço dos insumos subiu 1.200 por cento, enquanto que neste mesmo período o preço do leite aumentou em apenas 356 por cento. Ainda se queixam da retirada da cota-prêmio, e da aplicação do sistema de leite-excesso e do frete dois. Uma outra causa considerada pelo próprio setor, como determinante para que alguns produtores deixassem de investir na atividade, foi a expectativa criada em torno dos bons preços que seriam obtidos pela soja na safra passada.

## QUEBRA DE 20 POR CENTO

Um levantamento da situação da produção leiteira na área de ação da Cotrijuí, Região Pioneira, mostra os reflexos da crise na região. Os dados estatísticos foram levantados pelo coordenador da área de leite da Região Pioneira, João Valmir Cezimbra Lopes. Na intenção de mostrar a real situação da produção na região, o estudo traz informações referentes a produção leiteira de 82, 83 e 84. O ano de 82 entrou no estudo, segundo o Lopes, porque foi o ano de melhor produção na região.

De acordo com os dados, a quebra

na produção leiteira na região, de 82 a 83 foi de 14,5 por cento. Enquanto em 82 se produziu 24 milhões e 240 mil litros de leite, em 83 a produção ficou um pouco mais de 20 milhões de litros de leite. Comparando o que foi produzido nestes primeiros cinco meses de 84 com igual período de 82 e 83, o Lopes mostra o quanto de leite deixou de ser produzido neste ano. Em 82, computando apenas os cinco primeiros meses, o volume de recebimento foi de 9 milhões, 430 mil e 018 litros de leite. Em 83 o volume caiu para 8 milhões, 623 mil e 964 litros, contra os 7 milhões e 455 mil e 316 litros produzidos de janeiro a maio deste ano. O percentual de quebra, contando apenas os cinco meses iniciais, de 82 para 84, foi de 20,9 por cento. Em 84 já anda em 13,6 por cento.

## MUITO ALÉM DE UMA QUEBRA NATURAL

O trabalho realizado pelo Lopes mostra ainda a situação da produção diária de leite. No mês de janeiro de 82 o volume de produção diária de recebimento de leite na região era de 79 mil e 236 litros. Em janeiro deste ano este volume caiu para 60 mil e 844 litros. A gravidade da situação pode ser medida pelo volume de recebimento dos dois últimos meses, abril e maio, numa comparação com o que foi produzido em 82. Enquanto em abril de 82 o volume de produção diária era de 53 mil e 299 litros, em abril deste ano ficou em 39 mil, 262 litros. Em maio



Lopes: situação alarmante

de 84 a produção ficou em 32 mil 344 litros contra os 45 mil e 309 litros produzidos em 82. A diferença da produção do mês de maio de 82 para maio deste ano é de 12 mil e 965 litros diários.

Os números estão mostrando que a quebra na produção deste ano vai bem mais longe do que uma simples redução natural, que geralmente ocorre neste período do ano em função da disponibilidade de pastagens. "A situação começa a ficar alarmante", diz o Lopes, com o perigo de não se normalizar ao natural, como ocorria em anos anteriores, quando da entrada da primavera e verão. Se a situação se prolongar por mais tempo, é certo que maior número de produtores vai cair fora da atividade, porque já não andam conseguindo empatar a receita com as despesas".

## DEMONSTRATIVO DO RECEBIMENTO MENSAL DE LEITE - REGIÃO PIONEIRA - COTRIJUI

Meses	1982				1983				1984			
	Nº Produtor	Produção recebida		Prod. med. prod/d	Nº Produtor	Produção recebida		Prod. med. prod/d	Nº Produtor	Produção recebida		Prod. média Produtor/dia
		Total mês	Média/dia			Total mês	Média/dia			Total mês	Média/dia	
Janeiro	3.204	2.456.333	79.236	24	3.330	2.288.881	73.835	22	3.020	1.886.160	60.844	20
Fevereiro	3.182	1.951.058	69.681	22	3.294	1.943.595	69.414	21	3.021	1.778.229	61.318	20
Março	3.147	2.019.074	65.131	20	3.239	1.876.566	60.534	18	2.963	1.610.403	51.948	17
Abril	3.049	1.598.960	53.299	17	3.057	1.366.160	45.539	15	2.830	1.177.864	39.262	13
Maio	2.942	1.404.593	45.309	15	2.906	1.148.762	37.057	13	2.699	1.002.660	32.344	12
Junho	2.861	1.483.197	49.440	17	2.847	1.264.497	42.150	15				
Julho	2.994	1.881.199	60.684	20	2.810	1.425.631	45.988	16				
Agosto	3.124	2.187.998	70.580	23	2.872	1.698.063	54.776	19				
Setembro	3.295	2.341.674	78.056	24	2.929	1.957.050	65.235	22				
Outubro	3.365	2.516.871	77.957	23	2.999	2.135.946	68.901	23				
Novembro	3.236	2.149.715	71.657	22	3.032	1.866.131	62.204	21				
Dezembro	3.310	2.349.800	75.800	23	3.014	1.766.561	56.986	19				
Total ano	3.142	24.240.472	66.412	21	3.027	20.737.843	56.816	19				

Fonte: Setor de Leite - COTRIJUI - Região Pioneira





Outros dados levantados pelo coordenador da área do leite que demonstram muito bem a crise está relacionado com o número de produtores ainda envolvidos na atividade. Em janeiro de 82, por exemplo, só na região, havia 3.204 produtores de leite, contra os 3.020 registrados em janeiro deste ano. Em fevereiro o número aumentou para 3.021, mas em março a situação começou a ficar crítica, quando apenas 2.963 produtores entregaram leite. O mês de abril encerrou com 2.830 produtores, e o mês de maio com apenas 2.699 produtores.

#### MAIS DE 700 PRODUTORES

A qualidade do rebanho da região também começa a ficar comprometida em função da crise. Produtores, cansados de empatar dinheiro, começam a repassar seus animais de raça para fora do Estado. Só nos primeiros três meses deste ano, já foram repassadas 2.164 matrizes, de acordo com dados do Conselho Estadual de Leite. "Até recompor novamente o rebanho, diz o Lopes, vão uns três anos". O plantel na propriedade fica formada por animais de pouca qualidade e, portanto, de menor produção. A tendência é de cada vez mais produtores produzirem menos leite como mostra os dados levantados pelo responsável pelo setor leiteiro da Cotrijuí. Enquanto em abril de 82 apenas 40,5 por cento dos produtores entregavam uma produção média de até 10 litros de leite por dia, em abril deste ano esse percentual aumentou para 53,8 por cento. Nesse mesmo período de 82, um por cento dos produtores entregava mais de 100 litros diários. Neste ano, apenas 0,6 produtores estão nesta faixa.

A situação fica mais drástica ao analisar a faixa de produtores que entregam até 5 litros diários. Até janeiro deste ano o número de produtores classificados dentro desta faixa era de 253; em fevereiro 239; em março 331; em abril 630 e maio fechou com 743 produtores.

#### O QUE FAZER PARA VIABILIZAR

O Conselho Estadual do Leite, em reuniões realizadas na capital, anda buscando alternativas para viabilizar o setor. Estas alternativas deverão ser levadas para Brasília e discutidas com a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços. Além de um preço adequado a nível de produtor, em torno de Cr\$ 433,00, o setor ainda está sugerindo a criação do leite tipo "B", que melhor remuneraria o produtor, cobrindo a diferença do leite tipo "C", de maior consumo.

A preocupação não fica só aí. O próprio setor de leite da Cotrijuí, alarmado com a quebra na produção, andou se reunindo com o pessoal da Comunicação e Educação e mais o Departamento Técnico, para discutir a situação. Ficou decidida a realização de reuniões pelo interior, onde serão discutidos todos os números de produção levantados pelo Lopes. "Queremos colocar o produtor a par da situação, mas alertamos que todo o problema está além da Cotrijuí, e é mais político", diz o Lopes.

# Uma questão política

Na atividade há pouco mais de três anos, o Reimar Elson Dürks espera que a situação do leite volte a se normalizar a partir de uma revirada na política leiteira, com um preço mais justo para o leite. Meio por cima, sem querer se aprofundar nas contas, calcula que uns Cr\$ 300,00 pelo litro, livre de qualquer despesa já servem para cobrir os custos de produção. Garante que justamente o alto custo de produção é que vem castigando a atividade e deixando o produtor numa situação difícil.

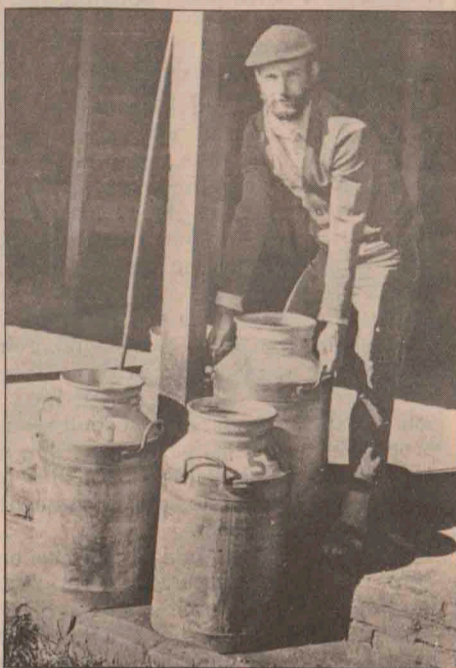
Com um plantel formado de 24 animais, produtor de Mauá, em Ijuí, Reimar não tem intenções de largar a atividade. Espera que a crise seja passageira e que até a entrada da primavera a situação tenha melhorado. Na sua opinião toda a problemática de leite se resume em três fatores, que na medida em que desaparecerem, a situação estará normalizada. Como primeiro fator, considera o alto custo da produção do leite, hoje com juros proibitivos. Um segundo seria a baixa remuneração do produto. Diz o Reimar:

— Com um preço em torno de Cr\$ 230,00 por litro, não tem produtor que faça pastagem dentro das recomendações técnicas. Os insumos estão proibitivos, por esta razão, muito produtor decidiu trocar a pastagem por lavoura de soja, que além de apresentar bons preços na última safra, traz um retorno mais imediato.

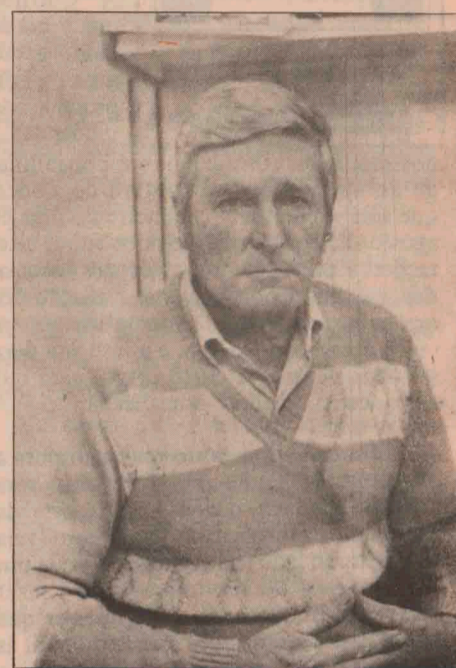
Como terceiro fator, responsável pelo abandono da atividade, inclui a mão-de-obra. Em função dos custos, e do próprio preço pago pelo leite, aquele produtor que não dispõe de mão-de-obra na propriedade, não anda tendo condições de contratar empregado. "É mais um motivo para o pessoal cair fora. Do outro lado, diz ainda, empregado nenhum gosta de trabalhar na ordenha, porque não tem sábado e nem domingo".

#### VIABILIZAR A PRODUÇÃO

Segundo Reimar, o produtor enfrentaria com maior segurança toda essa crise se estivesse melhor estruturado e cita como exemplo prático, o seu próprio caso, que no inverno passado, por falta de organização e de pastagens, foi obrigado a alimentar o plantel com ração concentrada. Foi daí que chegou à conclusão que a atividade precisa se tornar viável e econômica. Logo que pode, tratou de construir um silo. Enquanto isso, diz que perdeu al-



Reimar Dürks: três fatores



Helmut Guth: preço único

gum dinheiro:

— Foi um tempo que paguei para trabalhar, pois o dinheiro do leite não cobria as despesas da ração. Do prejuízo que tive, aprendi que o produtor precisa buscar alternativas mais econômicas para a propriedade.

O seu Helmut Guth, produtor de leite da Linha 4 Leste não vê a crise do leite como uma coisa tão simples. Para ele a questão é muito mais política e, portanto, mais difícil de ser resolvida. Diz que a situação vem se agravando desde o início do ano passado, quando os produtores andaram discutindo os problemas da pecuária leiteira, fazendo algumas reivindicações a nível federal que até hoje não foram atendidas. Pois foi justamente a partir desta data que o seu Helmut, desanimado com a falta de atenção das autoridades federais, tratou de desativar seu plantel, que na época era formado de 40 animais. Dos 18 animais que ainda restam, pretende diminuir a metade, porque não está vendo nenhum esforço para que a situação se normalize pelo menos num curto espaço de tempo.

— Para melhorar a situação do produtor, só se o governo liberasse um preço único para o leite, em torno de Cr\$ . . . . . 500,00 por litro, autorizasse a formação de cota para aquele produtor considerado permanente e por fim, retirasse o frete dois. Outra coisa é o produtor ser mais

ouvido e consultado toda a vez que ocorrer alguma mudança na política do leite.

#### NEM OS FRETEIROS ESTÃO AGUENTANDO

A situação é tão crítica, segundo o seu Helmut, que até os freiteiros andam fazendo coleta de dois em dois dias, por que não existe produção. Tem muita gente abandonando a atividade, abatendo as vacas ou vendendo para produtores de Santa Catarina ou Paraná, "que aqui no Estado ninguém mais quer saber da lida do leite".

Mesmo tendo reduzido o plantel em mais de 50 por cento, o seu Helmut não quis mexer na área de pastagem e continuou plantando forrageiras da mesma forma. Para garantir o alimento para o inverno, ainda faz silagem, embora comece a achar que os custos não estão compensando, se comparado com o preço do leite. Não tem usado adubo nenhum nas pastagens, e a consequência é que a produção tem caído tanto, a ponto de que nesta época do ano, se não fosse a silagem, o gado não teria o que comer. Os preços do adubo tiraram a coragem do seu Helmut.

— Não tem dinheiro que cubra os preços do adubo. A solução é fazer pastagens sem adubos, mesmo sabendo que a produção não vai ser das melhores. Se tocar de comprar adubo, vou ter de vender as vacas para pagar, porque do leite não sai nem o dinheiro para pagar a semente das forrageiras.

# O custo de produção

O quanto anda custando produzir um litro de leite? Será que a remuneração que o produtor vem recebendo pelo litro de leite, em torno de Cr\$ 230,00, cobre todos os gastos de produção? Um levantamento realizado pela CCGL (Cooperativa Central Gaúcha de Leite), mostra que os preços pagos ao produtor andam caminhando atrás dos custos de produção. De acordo com o levantamento, a CCGL chegou a um valor de Cr\$ 504,00 por litro

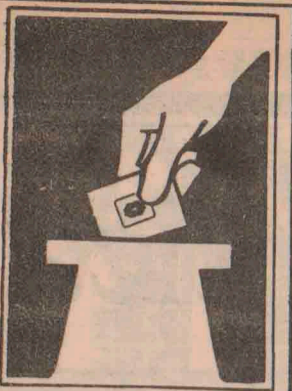
do tipo "A"; Cr\$ 470,35 para o litro de leite tipo "B" e Cr\$ 422,42 para o tipo "C". A média final ficou em Cr\$ . . . . . 427,27.

Mas a junta Técnica do Conselho Estadual do Leite, formada pela Fetag, APC, Corlac, Farsul e CCGL, numa reunião realizada no início do mês de junho decidiu estabelecer um preço único para o custo de produção do Estado. Desta forma, ficou estabelecido um preço de Cr\$ .

433,55 pelo litro de leite a nível de produtor.

Para chegar a tal custo de produção, de acordo com as explicações do Informativo CCGL, nº 3, a CCGL se valeu de informações e pesquisas de mercado, envolvendo os preços dos insumos que formam o custo de produção do leite, sem deixar de contar que alguns destes insumos têm sofrido variações superior ao índice da inflação.





## O ano do plebiscito

nos estatutos, considerando a possibilidade de aprovação da Estrutura do Poder, que será submetida a plebiscito no mês de agosto. Este projeto, que pode sofrer alterações a partir de sugestões dos associados, passará depois por uma avaliação dos órgãos normativos do cooperativismo, como é o caso do INCRA, e a resposta deve ser dada dentro de curto prazo, para que a proposta seja então oficializada.

Junto com o texto que incorpora a Estrutura do Poder aos Estatutos, será anexado também outro projeto, este de Regimento Interno. Este Regimento (veja na página ao lado) nada mais é do que um complemento do texto que passa a fazer parte dos estatutos. É o Regimento que detalha mais as questões que se referem às funções dos representantes, formas de participação dos associados nas assembleias e aspectos das eleições para os conselhos de Administração e Fiscal.

### ABRANGENTE

O associado irá notar, ao ler os dois textos, que no plebiscito de agosto, ainda sem data definida, ele não estará apenas votando pela manutenção ou não do conselho de representantes. A Estrutura do Poder é, na verdade, bem mais abrangente, pois trata também da participação dos associados em geral e dos representantes nas decisões que são tomadas dentro da Cooperativa, como já vem acontecendo, como experiência, desde 1980.

A partir da incorporação desta Estrutura de Poder aos estatutos, se isso ocorrer, é que serão definidas, entre outras coisas, as normas para a escolha dos dirigentes da Cooperativa, já a contar de março de 85. Depois de ler os dois textos, o associado poderá esclarecer algumas dúvidas, dando uma olhada nas explicações que estão logo abaixo, nesta mesma página.

Este é o texto do projeto de estatuto sobre Estrutura do Poder, que está em

# O novo texto dos estatutos

Projeto da Estrutura do Poder já está no papel e vai agora a debate entre os associados

A Cotrijui está elaborando a minuta do projeto de mudanças

elaboração e ainda pode, portanto, sofrer algumas modificações:

### DA ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES

Artigo 20 - A Cooperativa fará realizar, a cada três anos, eleições de Representantes em toda a sua área de ação.

Artigo 21 - Somente poderão votar e ser votados, os associados que tenham entregue sua produção à Cooperativa no último exercício anterior ao das eleições.

Artigo 22 - Cada matrícula terá direito a um único voto, que poderá ser delegado à esposa ou ao parceiro.

Artigo 23 - Os Representantes e seus Suplentes serão escolhidos na proporção de 1 (um) para cada grupo de 150 (cento e cinquenta) associados ou fração igual ou superior a 50% (cinquenta por cento deste número).

§ 1º - Cada Unidade Recebedora de produtos terá assegurado, no mínimo, um Representante e um Suplente.

§ 2º Entende-se por Unidade Recebedora, o local de jurisdição da conta corrente do associado.

Art. 24 - Os Representantes eleitos pelos diversos núcleos formarão um Conselho de Representantes e terão suas atribuições definidas no Regimento Interno e deverão reunir-se, no mínimo, uma vez por ano.

### DA ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

Artigo 25 - O Conselho de Administração será eleito por voto secreto de 3 (três) em 3 (três) anos, por associados no pleno gozo de seus direitos Estatutários, conforme Artigo 21.

§ Único - Em cada período deverá ser renovado, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros do Conselho de Administração.

Artigo 26 - A (s) chapa (s) deverá (ão) ser inscrita (s) na Secretaria da Cooperativa com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da realização das eleições, subscrita por um mínimo de 20 (vinte) associados no gozo de seus direitos, conforme definição do Artigo 21.

Artigo 27 - A (s) chapa (s) para concorrer (em) ao Conselho de Adminis-



Com as mudanças previstas, o trabalho das bases será fortalecido

tração e/ou Conselho Fiscal deverá (ao) ser composta (s) por associados no pleno gozo de seus direitos Estatutários, conforme Artigo 21.

Artigo 28 - Em caso de chapa única para eleição dos Conselhos de Administração e Fiscal, somados os votos brancos e nulos, atingirem a mais de 50% (cinquenta por cento) do número de votos, a eleição será nula, cabendo aos Representantes a elaboração de nova (s) chapa (s), para nova eleição.

### DA S ASSEMBLÉIAS GERAIS

Artigo 29 - As Assembleias Gerais Ordinárias serão formadas pelos Representantes eleitos, que decidirão sobre todos os assuntos, exceto:

- a) Eleição do Conselho de Administração.
- b) Quando, concomitante, eleição do Conselho Fiscal.

Artigo 30 - Nas Assembleias Gerais, cuja Ordem do Dia constar "eleição e posse do Conselho de Administração e Fiscal", a sua duração será por um período, em cujo prazo ocorrerá a votação, apuração e posse dos eleitos.

§ 1º - Os assuntos de interesse social, mencionados no edital de convocação da Assembleia Geral, serão delibera-

dos preliminarmente, cabendo ao presidente, esgotando-os, providenciar o início da eleição dos componentes dos órgãos de Administração e Fiscal.

§ 2º - A eleição se processará de acordo com as normas e o regulamento eleitoral aprovados pelos associados em assembleia geral.

§ 3º - Encerrados os trabalhos, a ata da assembleia será assinada pelos associados presentes, ou por uma comissão para este fim designada.

Artigo 31 - As assembleias Gerais Extraordinárias serão formadas pelos Representantes eleitos, os quais decidirão sobre todos os assuntos constantes da Ordem do Dia, exceto:

- a) Fusão, Incorporação ou Desmembramento.
- b) Mudanças de Objetivos.
- c) Dissolução voluntária da sociedade.

§ Único - Nas hipóteses das letras "a", "b" e "c" deste artigo, a Assembleia se processará nos moldes da Assembleia Geral Ordinária constante do Artigo 29 e 30 e seus parágrafos, e todos os associados aptos votarão de forma a aprovar ou reprovar as questões formuladas pelo Conselho de Representantes e/ou Conselho de Administração.

## Voto direto, em cada uma das unidades

As dúvidas dos associados, sobre o que significa o plebiscito para a Estrutura do Poder, serão esclarecidas aos poucos, na medida em que vão sendo manifestadas. Relacionamos abaixo algumas das principais indagações feitas pelos produtores, com respostas que podem ajudar nesse esclarecimento:

**Somente os representantes elegerão o Conselho de Administração?**

Não. Todos os associados terão direito a votar, e o voto será secreto. E todos escolherão também os integrantes do Conselho Fiscal, na mesma época. Em março de 85, por exemplo, os associados irão votar para renovação destes dois conselhos. Os representantes terão a atribuição de tratar da organização das chapas, das mobilizações nos núcleos.

**E como acontecerá a votação?**

Os representantes irão tratar da composição das mesas de votação, e terão a ajuda do pessoal da Cotrijui para organizar estas mesas. As urnas irão permanecer por um dia em cada unidade, e po-

dem ser levadas a localidades do interior, se assim for decidido por representantes e conselheiros. E o escrutínio acontecerá em cada unidade, a partir das 18 horas do dia da votação.

**Quem será eleito em março de 85?**

Em março serão realizadas as eleições previstas de três em três anos, para a presidência, vice e superintendência, e para renovação dos Conselhos de Administração e Fiscal. O Conselho de Administração deverá ser renovado em pelo menos um terço, ou seja, com a indicação de pelo menos três novos conselheiros efetivos. E o Conselho Fiscal será renovado em pelo menos dois terços, com dois novos efetivos. O Conselho de Administração tem eleições apenas de três em três anos, mas o Fiscal é renovado anualmente, em dois terços. Nesta renovação anual do Conselho Fiscal é que só os representantes terão direito a voto. Mas quando a renovação do Conselho Fiscal acontece, como em 85, junto com o de Administração, todos os associados podem votar.

**Só os representantes participam das assembleias?**

Nem sempre. Nas assembleias para apreciação do balanço do exercício anterior, a participação, com direito a voto, será somente dos representantes, como já vem ocorrendo. Eles também terão a atribuição de votar outras medidas sugeridas pelo Conselho de Administração, relacionadas com questões econômicas mais operacionais, como as autorizações para compras ou vendas de rotina e operações na área financeira, envolvendo investimentos. Mas quando as assembleias têm em pauta decisões mais políticas, todos os associados podem votar, como nos casos de fusão, incorporação ou desmembramento de áreas.

**Por que haverá assembleia para eleição dos conselhos de Administração e Fiscal, se o voto será direto, nas unidades?**

Porque, de qualquer forma, mesmo com o voto secreto e direto, a assembleia de eleição deve ser realizada, como prevê a legislação. Esta assembleia irá durar um

dia, para que neste período possa ocorrer a votação em cada município. Isso quer dizer que a votação acontecerá nas unidades, e não no local onde se realizará a assembleia, pois esta apenas irá aprovar os resultados da eleição, e é aberta a todos os associados.

**O que o plebiscito sobre Estrutura do Poder tem a ver com o desmembramento?**

O plebiscito sobre a Estrutura do Poder é uma coisa, e a decisão sobre o desmembramento é outra, mas mesmo assim tem gente que ainda faz confusão. Agora, em agosto, se decidirá apenas sobre a Estrutura do Poder, ou seja, sobre as atribuições dos representantes e outros aspectos da participação dos associados na Cooperativa (assembleias, eleições dos conselhos, etc.). O desmembramento das regionais é assunto já em debate, mas a decisão fica para depois. Também neste caso, todos os associados terão direito a se manifestar, possivelmente através de plebiscito.





## O ano do plebiscito

O Regimento Interno em elaboração completa o texto que será incorporado aos estatutos, detalhando as normas previstas nas mudanças propostas. O Regimento, publicado abaixo na íntegra, também pode passar por revisões e depende igualmente da aprovação dos órgãos normativos do cooperativismo:

### REGIMENTO INTERNO

Aos representantes eleitos são delegadas funções de representatividade do corpo social junto ao Conselho de Administração da Cooperativa, de assuntos de cunho político, social, econômico, dentre os quais destacamos:

#### FUNÇÃO DOS REPRESENTANTES

Artigo 01 — É função dos Representantes ouvir os associados na bases, através de reuniões e contatos, informando-se e conhecendo seus problemas e necessidades, bem como a situação da Cooperativa. Analisar esta situação com os associados e funcionários e com eles traçar planos, tendo como base de atuação a Unidade, podendo ainda, representar associados de outras áreas.

Artigo 02 — Ser órgão consultivo dos Conselhos de Administração e Fiscal, sempre fiel às bases.

Artigo 03 — Organizar-se por núcleos em cada Unidade Receptora, a fim de permitir uma representação de todos os associados. Para tanto, poderão existir líderes de núcleos que se reúnam quando necessário, mesmo que não tenham a função de representantes eleitos, mas com estes busquem discutir, analisar e sugerir mudanças a nível de Unidade.

Artigo 04 — Organizar-se por regiões que lhes permitirão, com os Conselheiros, convocar reuniões com a Diretoria Regional e sua Administração a nível de Diretoria e/ou a nível de Unidades Receptoras, para o fim de analisar investimentos, contas, avaliar serviços, propor alternativas a nível de Unidades, Regiões e Conselhos. Deverão, também, realizar, no mínimo, uma reunião anual com todos os Representantes regionais, à qual as seguirá outra reunião com a presença dos Conselhos de Administração e Fiscal.

§ Único — As convocações previstas neste Artigo sempre serão efetuadas pelo mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos Representantes.

Artigo 05 — Representar os demais associados em todos os assuntos que lhe diga respeito, exceto eleições dos membros do Conselho de Administração.

§ Único — Discutir o balanço de encerramento do exercício, juntamente com o auxílio de técnicos, com os demais associados nas reuniões de núcleo. Para tanto, o balanço deverá ser entregue aos Representantes, com uma antecedência mínima de 30 dias da Assembléia Geral.

Artigo 06 — Organizar chapa ou

# Regimento explica mudanças

chapas para a eleição do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

### DA REPRESENTAÇÃO NAS ASSEMBLÉIAS

Artigo 07 — Antes das Assembléias, deverão ser encaminhados às Unidades os assuntos a serem tratados na Assembléia, através dos Representantes e Conselheiros, a fim de serem discutidos. Das reuniões deverão ser lavradas atas, as quais serão levadas ou comunicadas às reuniões de Representantes, Conselheiros e/ou, também às Assembléias, se for o caso.

Artigo 08 — Nas Assembléias Gerais Ordinárias de decisão sobre balanço, investimentos, patrimônio e serviços, somente os Representantes eleitos terão direito a voto. Os demais associados poderão assistir, participar e discutir na Assembléia, sem direito a voto.

### DO PROCESSO ELEITORAL PARA VOTAÇÃO DE CHAPA (S)

Artigo 09 — Os Representantes deverão divulgar a nominata dos componentes das chapas, pelo menos quinze dias antes do início da votação, fixando-se nos quadros de avisos das Unidades.

Artigo 10 — Em tempo hábil providenciar a composição das mesas receptoras de votos com, pelo menos, dois associados e um funcionário para cada mesa.

Artigo 11 — Com o auxílio do Departamento de Comunicação e Educação e Gerentes de Unidades, providenciar no material necessário para a realização da votação (urnas, cédulas, listas de votação e outros materiais de controle).

Artigo 12 — Para facilitar o exercício do voto, as urnas deverão permanecer por um dia, em todas as Unidades da Cooperativa e outras localidades do interior, a critério dos Representantes e Conselheiros.

Artigo 13 — Formação de uma Comissão de, pelo menos três associados em cada Unidade para acompanhar, escrutinar, fiscalizar as urnas e divulgar os resultados da votação por Unidade.

Artigo 14 — O escrutínio se processará em cada Unidade, imediatamente ao encerramento da votação, ou seja, a partir das 18 horas do dia da eleição.

Artigo 15 — Cada comissão, por Unidade, conforme descrita no Artigo 13, convidará para o escrutínio, um Representante de autoridade local, caso não haja Representantes dos órgãos de fiscalização do Cooperativismo.

Artigo 16 — Encerrado o escrutínio, os resultados serão comunicados imediatamente à Comissão Central, que no reinício da Assembléia Geral, computará os votos e proclamará os resultados finais, dando posse imediata aos eleitos.

§ Único — A Comissão Central será formada de, no mínimo, três associados, mais Representantes de outras entidades (Sindicatos, Associações vinculadas à agricultura), mais um Representante do INCRA e/ou OCERGS.

Artigo 17 — O material que for utilizado para a realização das eleições em cada Unidade, tais como: cédulas de votação, lista de votantes e relatórios, deverão ficar arquivados nas Unidades até a



No plebiscito e em 85 todos votarão

Assembléia seguinte. As atas serão recolhidas à Secretaria Geral da Cooperativa.

Artigo 18 — Quando da renovação anual, prevista no Estatuto, de parte do Conselho Fiscal, caberá aos Representantes elegê-lo.

Artigo 19 — A eleição dos Representantes se realizará de 3 (três) em 3 (três) anos. A votação será fixada no período compreendido entre agosto e outubro.

### DOS ASSOCIADOS APTOS A VOTAR E SEREM VOTADOS

Artigo 20 — Somente poderão votar e serem votados, os associados que tenham entregue sua produção à Cooperativa no último exercício anterior ao das eleições.

Artigo 21 — Os associados votarão na Unidade de sua jurisdição, salvo casos especiais, que a critério da mesa receptora, poderão votar fora de sua Unidade.

Artigo 22 — Para identificação do associado junto à mesa, é necessária a apresentação da Carteira Social e que seu nome conste na lista de votação dos aptos a votar.

Artigo 23 — Os associados em trânsito somente votarão em outra Unidade com a apresentação da Carteira Social e desde que preencham todos os requisitos deste Regimento.

§ Único — Seus nomes constarão em separado na ata de votação.

Artigo 24 — Não poderão votar nem ser votados os associados que não estejam no gozo de seus direitos e aqueles que também sejam funcionários da Cooperativa.

Artigo 25 — Também são inelegíveis como Representantes, embora tenham direito a voto, os atuais membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, os parceiros (salvo o que representa a matrícula) e os procuradores (estes entendidos os que detêm mandatos, procuração para movimentar contas, assinar documentos do autorgante, associado que reside fora da área de ação).

### DA COMPOSIÇÃO DAS MESAS RECEPTORAS E CONTROLE DE VOTAÇÃO

Artigo 26 — Aos Representantes, juntamente com a Direção (Gerentes e Departamento de Comunicação e Educação) da Cooperativa, incumbirá, em reunião a ser realizada numa ou mais Unida-

des da Cotrijuí, definir a composição das mesas receptoras de votos, localização das urnas e controle da votação.

§ Único — Para a eleição do Conselho de Administração, os procedimentos previstos no caput deste artigo deverão estar previamente definidos para serem apresentados e aprovados pela Assembléia Geral.

### DO ATO DE VOTAR

Artigo 27 — A apresentação da Carteira Social pelo associado é condição essencial do ato de votar e deverá ser carimbada com a data da votação e rubricada por um mesário.

Artigo 28 — Havendo dúvida sobre a identificação do associado, poderá a mesa solicitar-lhe documentação que julgue necessária.

Artigo 29 — Será facilitado o acesso do votante à relação nominal dos elegíveis.

Artigo 30 — Identificado o associado votante, este assinará a folha de votação e receberá uma cédula rubricada por um dos mesários na qual o eleitor escreverá o nome do associado a quem quiser destinar seu voto para elegê-lo Representante.

Artigo 31 — Para eleição do Conselho de Administração bastará assinar na cédula a chapa de sua preferência. A cédula deverá ser rubricada por um dos mesários.

Artigo 32 — Caso o associado não conste da folha de votação, lhe será possibilitado votar desde que comprove à mesa a entrega de produto no exercício anterior.

Artigo 33 — No caso de parceria, somente um dos associados parceiros será facultado votar. Caso recaia a escolha em um dos parceiros que também possua matrícula individual, a ele será facultado votar pela parceria e também pela sua matrícula.

Artigo 34 — Na votação para Representante, caso ocorra de o voto se destinar a homônimos (pessoas com o mesmo nome), haverá que se descrever na cédula o apelido, data de nascimento, número de matrícula ou outra característica que o identifique.

Artigo 35 — Na incapacidade de escrever, o associado votante poderá solicitar a um associado de sua confiança para escrever o nome de seu candidato, ao mesmo tempo em que colocará suas digitais na folha de votação.

### DO ESCRUTÍNIO

Artigo 36 — Ocorrendo empate, fica eleito o associado de matrícula mais antiga.

Artigo 37 — Todo o voto que identifique, de qualquer forma, o associado votado, será válido.

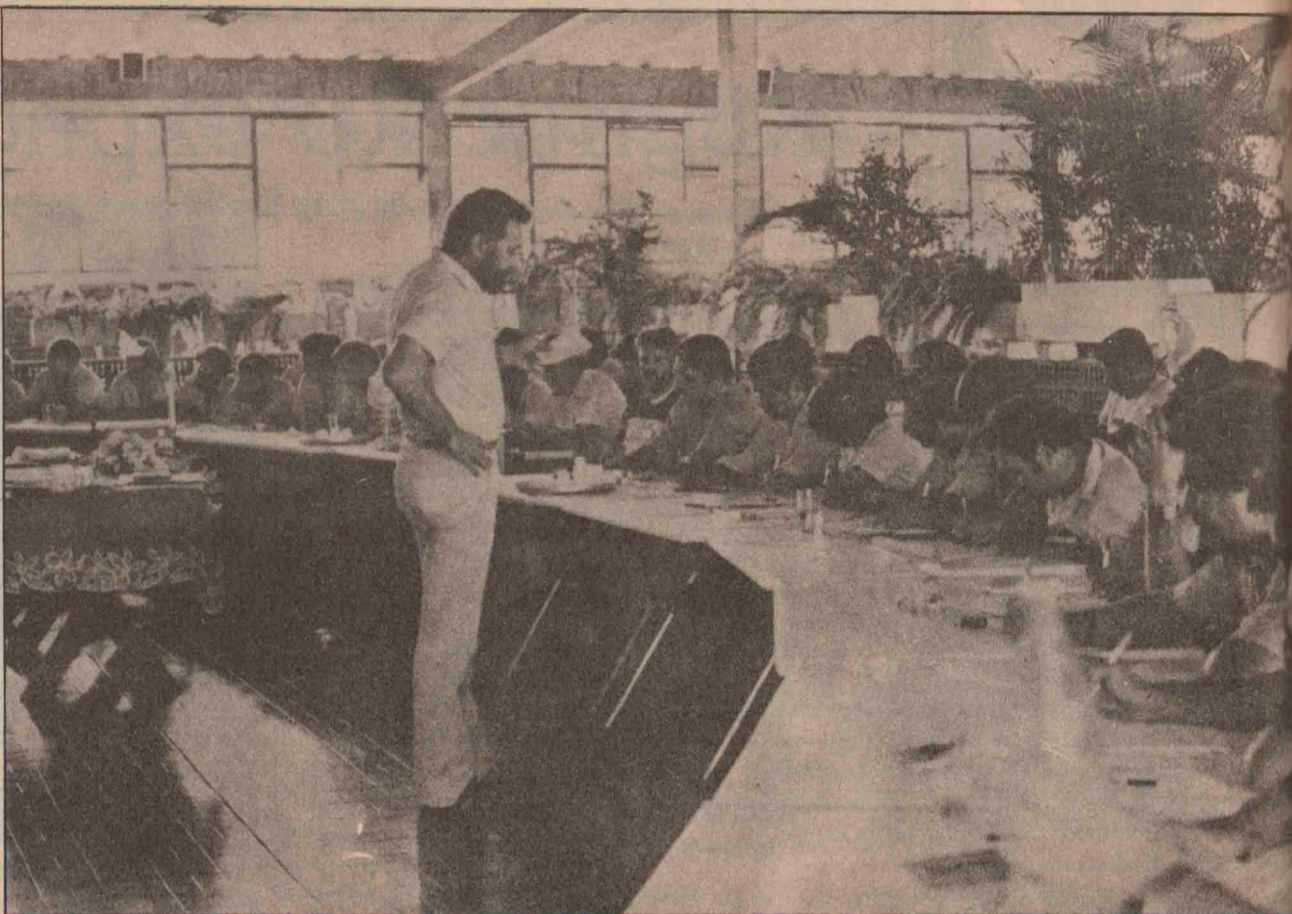
### DAS NORMAS GERAIS

Artigo 38 — Todas as ocorrências surgidas durante o processo eleitoral serão registradas em atas, cujos modelos serão previamente elaborados pelo Departamento de Comunicação e Educação.

Artigo 39 — Os casos omissos neste Regimento serão decididos pelos componentes das mesas receptoras e de escrutínio.



O plebiscito sobre a Estrutura do Poder, o desmembramento das regionais e as eleições para o conselho de administração. Estes três assuntos fizeram com que se abrisse um grande leque de questões, durante o 1º Seminário Interno para Gerentes e Diretores da Cotrijuí no Mato Grosso do Sul, realizado de 23 a 25 de maio. O encontro, com a participação de cerca de 50 pessoas, das quais 11 diretores, e mais 26 representantes e conselheiros, no encerramento, teve um total de mais de 24 horas de trabalho. E levantou propostas que valem não só para a Regional, mas para toda a Cotrijuí, num ano em que a Cooperativa encaminha decisões importantes e, com dirigentes, produtores e funcionários, faz uma ampla avaliação de sua postura. Tudo em função da nova realidade que está aí, e que exige mudanças no comportamento do cooperativismo e de qualquer atividade econômica.



## Nova realidade, novas idéias

“Temos nas mãos um material para ser trabalhado durante alguns anos”. Esta observação, do diretor Regional da Cotrijuí no MS, Nedy Borges, resume a expectativa que se criou a partir dos resultados dos três dias de debates do seminário. E o material é mesmo bastante farto, pois os trabalhos em grupo, realizados após cada palestra, levantaram assuntos que não se referem apenas a aspectos funcionais que interessem ao quadro de pessoal da Cooperativa. Foram abordadas questões bem abrangentes, que implicam em decisões políticas e devem envolver também, e principalmente, o quadro de associados.

O seminário, realizado na sede campestre da Associação Comercial e Industrial de Campo Grande, foi aberto, no dia 23, pelo vice-presidente da Cotrijuí, Arnaldo Drews. “A Cooperativa somente irá bem e será eficiente, se houver harmonia entre as três regiões em que atua”, disse Drews, que deu destaque aos aspectos políticos dos assuntos que já vêm sendo discutidos há algum tempo na Cotrijuí. Segundo ele, está na hora do Mato Grosso do Sul deixar de apenas receber decisões prontas que partam do Rio Grande do Sul.

“Mas antes disso, precisamos buscar a unidade interna, de funcionários e associados”, afirmou ele, que abordou temas relacionados com o plebiscito sobre a Estrutura do Poder, o desmembramento e o fortalecimento das regionais. A manutenção ou não do sistema de representação — ressaltou Arnaldo Drews — deve ser o resultado de um debate que conte com todas as informações disponíveis, para que a decisão fique a cargo do associado. “O quadro funcional deve levar ao produtor estas informações, mas quem decidirá é o associado”.

### FALTA UNIDADE

O desmembramento, também apresentado como proposta a ser discutida, é outro assunto que, segundo ele, deve ser

decidido após a avaliação dos próprios produtores. “Esta — disse o vice-presidente — é uma decisão política, que irá significar mudanças profundas na estrutura da Cotrijuí, e por isso deve ser bem pensada”. Ele admitiu que não há ainda uma proposta acabada, que indique o resultado desta mudança, e lembrou que o próprio debate mostrará a melhor saída. Desta discussão pode sair a idéia básica da nova estrutura administrativa a ser implantada, caso ocorra a transformação das regionais em cooperativas singulares.

Drews acha que este questionamento, envolvendo produtores, dirigentes e quadro funcional, deve ser visto como uma reflexão em torno da vida da Cotrijuí e, a partir daí, do sistema cooperativista. “Na verdade, o cooperativismo como um todo é que precisa reavaliar seu comportamento, mesmo porque não temos unidade política e, por isso, força como sistema”, observou ele. O fortalecimento, no entanto, acontecerá da base do sistema, de cada uma das cooperativas.

“Hoje precisamos fazer valer ainda mais o princípio da reciprocidade, para

que cada associado seja de fato um cooperativado”, afirmou Drews. Ele entende que, com isso, chegou o momento de se oferecer condições para evolução da consciência cooperativista e, ao mesmo tempo, cobrar do associado uma participação efetiva em sua entidade, principalmente no que se refere à entrega da produção. “Se não for assim, não haverá reciprocidade, e quem proceder de outra forma não pode nem mesmo se sentir no direito de participar de discussões”.

### ATO DE CONFIANÇA

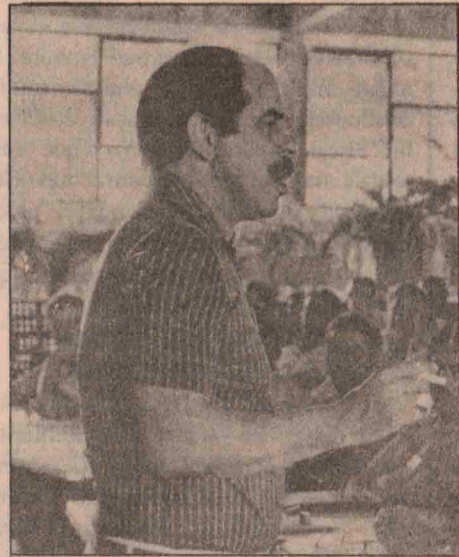
A necessidade de se ampliar a auto-crítica foi enfatizada também pelo presidente, Ruben Ilgenfritz da Silva, em palestra no segundo dia do seminário. “As coisas precisam ocorrer cada vez mais de baixo para cima”, disse ele aos gerentes e diretores da Regional, defendendo uma maior aproximação entre funcionário e produtor, para que isso realmente aconteça. “Afim, alguém participa de uma cooperativa num ato de confiança. Nós lidamos com pessoas, que tentam preservar interesses comuns, e não temos objetivos mercantilistas”.

Ruben lembrou que a proposta de desmembramento faz parte desta auto-avaliação, e resulta da conclusão de que a Cooperativa precisa revisar sua estrutura administrativa, assegurando maior autonomia às atuais regionais. “Esta — disse ele — é uma proposta do Conselho de Administração, porque temos, afinal, que partir de uma proposta. E ela existe para que se inicie o debate, para que se apresentem sugestões ou até mesmo surjam outras alternativas”. Ruben salientou no entanto, que esta é, no momento, a melhor opção, do ponto de vista do Conselho de Administração.

### SEM DEMORA

“A decisão tem que acontecer, e sem demora, mas é atribuição do associado”, observou o presidente da Cotrijuí. Segundo ele, está cada vez mais difícil para o produtor não só acompanhar a vida da Cooperativa, mas entender toda sua estrutura. O desmembramento resultaria, num segundo passo, na criação de uma Central de prestação de serviços, que não teria como atribuição administrar empreendimentos da área econômica, como uma indústria, por exemplo. Seria uma Central para pensar projetos, orientar sobre questões políticas e econômicas e, enfim, acompanhar tudo o que se refere a temas mais amplos da área cooperativista.

Ruben também comentou a realização do plebiscito sobre a Estrutura do Poder, que pode, caso venha a aprovar o sistema em experiência há três anos, fortalecer as atividades desenvolvidas a partir dos núcleos e democratizar as decisões na Cotrijuí. Este plebiscito é igualmente importante para que se definam as normas para escolha do novo conselho de Administração, em março de 85, quando deve prevalecer (veja as páginas 8 e 9) o direito de cada associado votar secretamente em seus candidatos.



Ruben: pelo fortalecimento dos núcleos



Drews: com harmonia, haverá eficiência



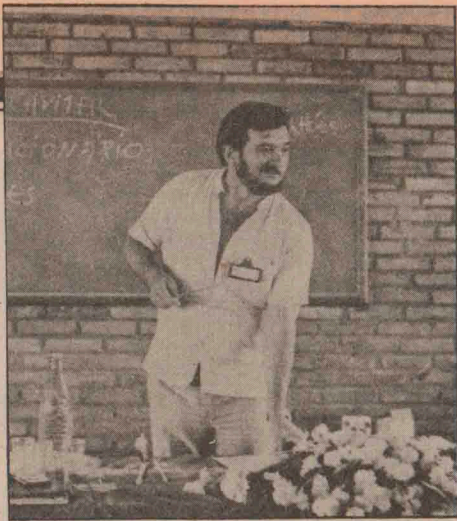
# O crédito: difícil de pegar. E de pagar

A agricultura é culpada pelo controle da inflação? Há muito que os economistas já responderam a esta insinuação, mas nada conseguiu impedir que, a partir do final da década de 70, os subsídios à atividade fossem sendo cortados. O diretor administrativo e financeiro da Cotrijuí, Osvaldo Meotti, abordou a descapitalização do setor primário, durante o seminário de Campo Grande, mostrando, com números, que o corte de crédito é uma ameaça, desde o custeio das lavouras até a comercialização, atingindo os produtores, as cooperativas, é claro, os consumidores, com a elevação de custos e alimentos mais caros.

A lista de mudanças no crédito rural, desde 1933, quando começou a existir, até agora, envolve decretos e resoluções que há muito tempo não apresentam melhorias para quem produz. Isso acontece especialmente a partir de junho do ano passado, quando o Conselho Monetário Nacional decide que os recursos com taxas de juro subsidiadas devem, gradualmente, deixar de ser concedidos à agricultura. Hoje, o produtor paga juro de 3 por cento, mais correção monetária integral (quase 200 por cento ao ano), e as verbas são cada vez mais escassas.

## ESCASSEZ

Um exemplo da escassez: em 82, o Banco do Brasil aplicou no custeio da lavoura do país 1 trilhão, 481 bilhões e 419 milhões de cruzeiros. No ano passado, a aplicação caiu para 1 trilhão, 424 bilhões e 794 milhões de cruzeiros. Isso quer dizer que não houve nem mesmo correção do volume aplicado, de acordo com a inflação. O crédito ficou caro e escasso, também para investimentos, comercialização e outras operações, fazendo



Meotti: onde estão os privilégios?

com que a agricultura se tornasse inviável para muitos produtores e, para completar, também estragando financeiramente as cooperativas.

Até 1982, segundo Meotti, o Banco do Brasil participava com 88 por cento das aplicações em crédito rural. Aos poucos, a rede privada de bancos teria que assumir o encargo de ampliar sua participação na agricultura, mas isso não aconteceu. A verdade é que os bancos de investimentos, que teriam que destinar mais recursos ao setor, não têm aplicado de forma efetiva na produção primária. Assim, se reduz a aplicação do banco oficial e não se aumenta a da rede privada.

## PRIVILÉGIO?

De resolução em resolução, o crédito subsidiado foi sendo cortado e a quantidade de dinheiro também. São caros e insuficientes os recursos destinados às cooperativas, e que teriam o objetivo de garantir capital de giro. As verbas vão ficando cada vez mais seletivas, minguadas, ou simplesmente deixam de existir. Este, por exemplo, é o caso do crédito às exportações de óleo e farelo de soja, que em 84 simplesmente foi extinto, sob o argumento de que o setor pode se auto-financiar.

Tudo isso — como observou Osvaldo Meotti — desmente outra insinuação, de que o setor primário, e em especial as cooperativas, vem sendo privilegiado pela concessão de recursos acessíveis. A realidade é outra, e a tendência é de que irá piorar. A explicação para o que acontece já foi dada: o Brasil cumpre assim a receita do FMI. Corta-se crédito, provoca-se a recessão, para que o país — segundo o Fundo Monetário Internacional — consiga pagar uma dívida monstro de 100 bilhões de dólares.



Telmo Brunato Olavo Fritzen

A empresa que pensa em reduzir custos, num momento de crise como este, simplesmente cortando gastos com pessoal, pode estar caindo no mesmo erro que já levou muitos executivos a experimentar o fracasso. E isso vale também para as cooperativas, como observou o gerente de Recursos Humanos da Cotrijuí no MS, Olavo Fritzen, um dos palestrantes do seminário. O encontro era dirigido às chefias, e é claro que deveria incluir em

seu programa um tema relacionado com pessoal, numa hora em que se exige mais eficiência do quadro de funcionários.

Olavo lembrou que os períodos de crise quase sempre fazem com que as empresas dêem prioridade ao corte de despesas com pessoal. Muitas vezes isso ocorre em áreas decisivas, que melhor poderiam interpretar o que está ocorrendo, simplesmente porque são consideradas superfluas, desnecessárias. Estes cortes indiscriminados pouco ajudam na superação das dificuldades, e até complicam a tentativa de busca de novas alternativas. Este, em geral, é o comportamento de empresas que ignoram saídas mais inteligentes ou simplesmente fingem desconhecer a gravidade da crise.

## ARROCHO

Ele admitiu que esta situação é criada, como no caso brasileiro, por uma recessão receitada pelo FMI, e que provoca o arrocho salarial, o desemprego. É assim

# É preciso ver mais longe

O técnico que continuar recebendo e repassando pacotes de tecnologia ao produtor, sem tentar descobrir a que interesses está servindo, em nada contribuirá para que se altere a situação da nossa agricultura. Pior do que isso: continuará servindo a estes interesses, que não são os mesmos da grande maioria dos produtores. Foi este o principal enfoque da palestra do diretor técnico da Cotrijuí, Renato Borges de Medeiros. Ele mostrou que todos, desde o agricultor ao técnico e demais pessoas envolvidas no processo de produção, devem buscar enxergar bem mais além daquilo que nos é oferecido como pronto e sempre vantajoso.

É claro que para que isso aconteça é preciso sair atrás da informação, e participar de toda esta discussão que se dá hoje em torno da agricultura e da economia brasileira. Renato mostrou uma série de dados capazes de surpreender muita gente que, por incrível que pareça, ainda não sabe que a fome no mundo não é resultado da falta de alimentos. Ou que toda a tecnologia que "modernizou" a agricultura do país foi trazida com o objetivo de implantar uma dependência da nossa produção aos interesses dos países ricos.

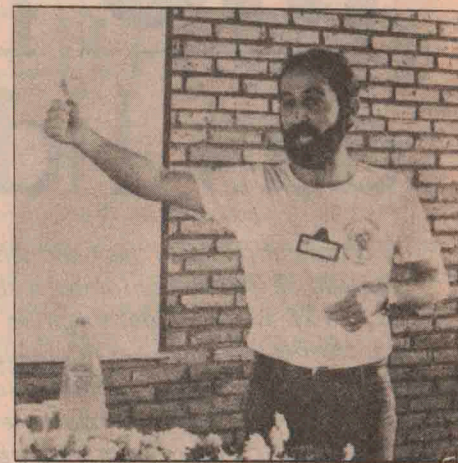
## SOBRA TERRA

Afinal, como lembrou o agrônomo, tudo está ligado à manutenção do poder pelos mais fortes. É desta forma que, mesmo existindo alimentos em quantidade suficiente para abastecer o mundo, muita gente continua a morrer de fome. No Brasil, as piores conseqüências desta modernização foram o êxodo rural, a expulsão de agricultores para as periferias das cidades, a concentração da renda e da terra. O país tem 700 milhões de hectares agricultáveis, mas planta em apenas 7 por cento deste total.

Há no Brasil 4 milhões de agricultores sem-terra vivendo no meio rural. Seis milhões de pessoas vivem nas periferias, apenas sobrevivendo. Esta situação é quase a mesma dos demais países pobres ou em desenvolvimento, que vivem, em sua maioria, sob a dependência direta das nações ricas. "Se não fosse assim — como lembrou Renato — haveria alimentos para todos, e a América Latina seria riquíssima", pois tem como produzir, com sobra de terras e mão-de-obra.

## RESISTÊNCIA

Na frente das nações que exercem esta dominação, principalmente a partir



Renato: fome é um problema político

da década de 50, estão os Estados Unidos, que detêm 40 por cento do poderio econômico mundial, do lado dos países capitalistas. Neste jogo de forças, em que os mais fracos sempre saem perdendo, tudo é atrelado ao que interessa aos fortes, através do crédito, da tecnologia. Não foi de graça que os técnicos contribuíram para a modernização, com ensinamentos e produtos que nada têm a ver com nossa realidade.

As conseqüências da transferência dessa tecnologia importada já são bastante conhecidas. A técnica dita moderna esteve a serviço da monocultura, que se tornou inviável para as pequenas propriedades, como o caso da soja. Os danos são econômicos e sociais, como o comprometimento da qualidade do solo, a migração, o encarecimento dos alimentos destinados ao consumo interno. Em boa parte da região agrícola do Rio Grande do Sul, na região noroeste, as terras ficarão totalmente improdutivas em 20 anos, caso tudo continue como está, conforme previsões. E muita gente ainda terá que abandonar o meio rural.

Mas todos podem participar, segundo o agrônomo, de alguma forma de resistência a esta situação. E isso acontecerá a partir do questionamento que cresce em todo o país, com novas propostas para uma agricultura e uma economia menos dependentes. "Devemos ter em nossa cabeça um projeto de sociedade, assim como desejamos ter um projeto ideal de cooperativas", disse Renato. Para ele, o importante é que cada um esteja certo de "poder interferir na realidade que está aí, para que nós possamos fazer o nosso futuro".

# Investimentos em pessoal e informação

## COMPUTAÇÃO

A necessidade de constante atualização também foi abordada no seminário por Telmo Brunatto, diretor da Cotridata — Centro de Processamento de Dados, subsidiária da Cotrijuí. Ele falou sobre informática, comentando vários aspectos disto que é a apuração de dados, de informações, através de equipamentos eletrônicos, como o computador. Brunatto ressaltou que as empresas que não acompanharem o que se passa nesta área ficarão para trás e deixarão de ser competitivas.

Hoje, os computadores são usados em bancos, órgãos públicos, escolas e nas mais variadas atividades, e já estão sobre a mesa de dirigentes de grandes grupos. As cooperativas também vêm investindo na computação, para racionalizar serviços e contar com informações no menor tempo possível. A Cotrijuí, que desde 76 mantém a Cotridata, foi uma das cooperativas pioneiras nesta área.

que a população termina consumindo menos, e que, logicamente, a produção tende a cair, por falta de demanda. Numa hora como esta — segundo Olavo — o investimento em recursos humanos, com cursos, treinamentos, uma política salarial bem clara e um plano de carreira também bem definido, é prioritário, mesmo que os retornos não aconteçam a curto prazo.

Somente reciclando seu quadro de pessoal a empresa estará acompanhando as mudanças que ocorrem também nos momentos de dificuldades. "Temos que investir em pessoas, porque nada irá substituir seu trabalho no atendimento a outras pessoas, como acontece numa cooperativa", disse Olavo Fritzen. Para ele, as empresas que não fizerem isto, por entenderem que assim sairão da crise, estarão seguindo o mesmo caminho de outras que negam a realidade e esperam que tudo volte a ser como antes, após um período de problemas econômicos.



# Dúvidas das lideranças

*O desmembramento das regionais foi o tema mais discutido na reunião de 26 representantes e conselheiros do Mato Grosso do Sul, no dia 25 à tarde, e daí surgiram muito mais indagações do que conclusões, da parte das lideranças dos associados. Eles chegaram pela manhã a Campo Grande, e logo receberam um relatório com tudo o que foi levantado durante o seminário interno. Reuniram-se para estudar cada um dos assuntos, e à tarde debateram, em conjunto com a direção, as questões abordadas.*

Esse foi o primeiro encontro com os representantes e conselheiros para se discutir mais a fundo o plebiscito, o desmembramento, as eleições do próximo ano e a situação da Cotrijuí. Por isso, surgiram muitas perguntas, algumas delas sem resposta no momento. O presidente Ruben Ilgenfritz da Silva salientou, aliás, que estas indagações é que irão contribuir para o encaminhamento das questões, pois a direção não pretende apresentar e fazer valer um pacote pronto, mas sim acolher sugestões e deixar a decisão a cargo do associado.

O desmembramento ainda centraliza as maiores dúvidas, e isso ficou claro nas perguntas apresentadas. Representantes e conselheiros entendem que, mesmo que a decisão seja política, é preciso levar em conta uma avaliação dos reflexos imediatos desta medida. Eles querem saber, por exemplo, qual é a situação de cada regional, para que possam analisar números referentes a patrimônio, endividamento e outros dados.

O levantamento que mostrará esta situação já vem sendo feito, e deve estar logo concluído, segundo o diretor administrativo e financeiro Osvaldo Meotti. Outra preocupação por eles revelada se relaciona com o possível enfraquecimento da Cotrijuí como um todo, em decorrência do fracionamento das regionais. Para alguns, isso pode representar perda do poder de barganha, com repercussão na própria imagem da Cooperativa como organização que, por ter crescido, transmite uma "idéia de grandeza".

#### UMA MARCA

Esta ameaça à imagem da Cotrijuí, segundo eles, pode inclusive provocar uma fuga de associados. Outros lembraram que o nome da Cooperativa é uma marca que precisa ser preservada, e indagaram: como ficará a denominação de cada regional? O nome continuará o mesmo? Estas indagações, em torno de repercussões negativas que podem surgir, andaram ao lado de conclusões mais otimistas,



Representantes querem mais informações sobre desmembramento

e já conhecidas, como a de que o desmembramento deve assegurar mais autonomia às regionais.

"Nós deixaremos de ser a maior cooperativa singular do país, mas qual é, afinal, a vantagem que isso nos assegura hoje?", lembrou Ruben. Para ele, o que interessa é que, com a tendência de verticalização do sistema cooperativista, a eficiência administrativa está diretamente vinculada à autonomia das unidades representadas pelas regionais. Estas regionais — Pioneira, MS e Dom Pedrito —, transformadas em cooperativas singulares, não deixariam, de qualquer forma, de existir como um todo. A unidade do conjunto poderia ser assegurada pela Central prestadora de serviços.

#### OUTRO ENCONTRO

Em julho, nos dias 5 e 6, acontecerá mais um seminário em Campo Grande, desta vez aberto a todos os associados, e muitas das perguntas sem resposta poderão então ser esclarecidas. E novamente o

desmembramento deverá merecer maior atenção, já que não há muitas dúvidas em torno do plebiscito sobre a Estrutura do Poder. Também ficou evidente na reunião que a maioria defende o voto direto e secreto quando das eleições para o Conselho de Administração, em março de 85.

O seminário foi coordenado pelo gerente de Recursos Humanos do MS, Olavo Fritzen, e teve a participação de 11 diretores, um deles da subsidiária Cotridata. Estiveram em Campo Grande, além de Ruben Ilgenfritz da Silva, Arnaldo Drews e Nedy Borges, o diretor administrativo e financeiro, Osvaldo Meotti; e os diretores adjuntos Lotário Beckert, administrativo e financeiro, e Vilmar Hendges, de Comercialização e Operações, ambos do MS; Euclides Casagrande, de Operações; Rui Polidoro Pinto, de Comunicação e Recursos Humanos; Renato Borges de Medeiros, do Departamento Agrotécnico; e Lurdes Froemming, da área administrativa, todos da Pioneira; e mais Telmo Brunatto, da Cotridata.

## Estrutura do Poder deve ser mantida

Três dos representantes e conselheiros presentes à reunião em Campo Grande opinaram sobre os principais assuntos em debate, o plebiscito, o desmembramento e as eleições. Abaixo, uma síntese de suas posições:

**Dimas Matias de Arruda**, representante de Indápolis (Dourados), onde planta em 100 hectares, sendo que metade da área é arrendada.

**Plebiscito:** "Vejo a necessidade de se continuar o trabalho dos representantes. Mas muitas vezes o que resulta das reuniões nos núcleos não tem efeito, na hora de se encaminhar as decisões à direção, havendo uma certa demora no atendimento do que se sugere. Mesmo assim o sistema é válido, porque os associados têm alguém que fale por eles".

**Eleições:** "O voto deve ser secreto. E os representantes precisam participar da escolha de nomes para o conselho de administração. É assim que se vai saber quem tem gabarito para assumir a direção. O trabalho dos representantes nas eleições vai ser muito importante, para que o associado tenha condições de escolher".

**Desmembramento:** "Ainda há dúvidas sobre o desmembramento. As dúvidas de cada regional serão repartidas? Há muito tempo vem se falando no assunto, mas ainda não há clareza. Os associados per-



Dimas Arruda

Darci Bender

Frederico Stefanello

guntam muito sobre o que vai acontecer, e nós até agora não temos a resposta. Por não saber quais as vantagens e desvantagens, hoje eu não estaria em condições de decidir contra ou a favor do desmembramento".

**Darci Valdemiro Bender**, representante de Santa Terezinha (Itaporã), onde planta em 33 hectares próprios.

**Plebiscito:** "Eu votaria hoje pelo sim, para que os representantes venham a ter mais poder de decisão. O seminário de julho, com os produtores, será importante para que se tenha mais conhecimento da situação da Cotrijuí e do próprio plebiscito. Eu acho que a maioria quer que os representantes continuem, e eles deverão mesmo continuar".

**Eleições:** "O voto secreto, de cada

associado, é bom e deve ser mantido. Assim o associado fica mais à vontade para decidir, pois numa assembleia é difícil que alguém se levante para dizer que é contra. A participação dos representantes, na elaboração de chapas, deve acontecer".

**Desmembramento:** "Se fosse para decidir agora, eu votaria a favor do desmembramento. Nós teríamos a Cooperativa mais perto do produtor, com uma direção daqui mesmo. Seria mais fácil de se decidir sobre as coisas que exigem maior pressa. Mas precisamos ter os números nas mãos, para saber da situação da regional. De repente, pode até não valer a pena, se o desmembramento implicar em problemas para o associado do Mato Grosso, em função da dívida da regional".

**Frederico Antonio Stefanello**, ex-representante e agora integrante do Conselho de Administração. É proprietário de 1,642 hectares em Itaporã, Doradina e Campo Grande.

**Plebiscito:** "O representante é o elo de ligação entre o associado e a direção, e deve continuar, principalmente no Mato Grosso do Sul, onde as distâncias são muito grandes e há dificuldades de comunicação. Mas o produtor precisa participar mais das reuniões, para que o representante possa expressar as aspirações da sua localidade".

**Eleições:** "O representante deve participar das articulações, no momento da formação das chapas para o Conselho de Administração. Eu defendo o voto direto e secreto, mesmo que no Mato Grosso ainda não seja muito expressivo o número de produtores com tradição como cooperativista. Mas aos poucos eles terão consciência da sua própria força e da força do cooperativismo".

**Desmembramento:** "Ainda acho prematuro se decidir sobre o desmembramento. De momento, não seria uma medida prioritária, em função da situação da Cooperativa e da economia em geral, nesta hora de dificuldades. E hoje nós ainda desconhecemos como isso iria repercutir na vida da Cotrijuí e dos associados".



# Desafio da reestruturação

*Regional busca a eficiência entendendo melhor o produtor e seu Estado*

A nova fase que a Cotrijuí passou a viver, desde janeiro deste ano, no Mato Grosso do Sul, tem muitos desafios pela frente. Com estrutura administrativa reformulada, a Cooperativa procura se reorganizar internamente para colocar à prova o que mais interessa a quem produz: eficiência e confiabilidade. Esta é, no momento, a principal preocupação do diretor regional, o agrônomo Nedy Borges, para quem a proposta de desmembramento se encaixa dentro da idéia básica de renovar o trabalho que vem sendo feito no Estado.

Não vai ser fácil de se conseguir esta renovação, mas ela já se inicia. Nedy Borges relembra que em dezembro de 1978, quando a Cooperativa começou a atuar no MS, foi criada "a expectativa altamente nociva de que, de repente, todos os problemas dos produtores estariam resolvidos". Enquanto esta imagem de salvadora era propagada, a Cotrijuí passou a investir na construção de armazéns, sem que isso fosse uma reivindicação que viesse dos produtores. Hoje, o erro é admitido e serve de exemplo para correção de rumos.

## DESCONFIANÇA

Passada esta primeira etapa, no ano passado surgiram novos problemas, com o envolvimento do nome da Cooperativa em contrabandos de soja. Nada foi provado contra a Cotrijuí, mas seu conceito no Estado sofreu um forte abalo. Criou-se um clima de desconfiança, incentivado pelas notícias de que as dificuldades financeiras da Cooperativa seriam intransponíveis. Esta fase, no entanto, já foi superada, e Nedy Borges está convencido de que aos poucos o produtor volta a apostar na Cotrijuí como forma de se organizar.

Hoje, são 4 mil os associados, em 18 municípios da área de ação, que cobre 56

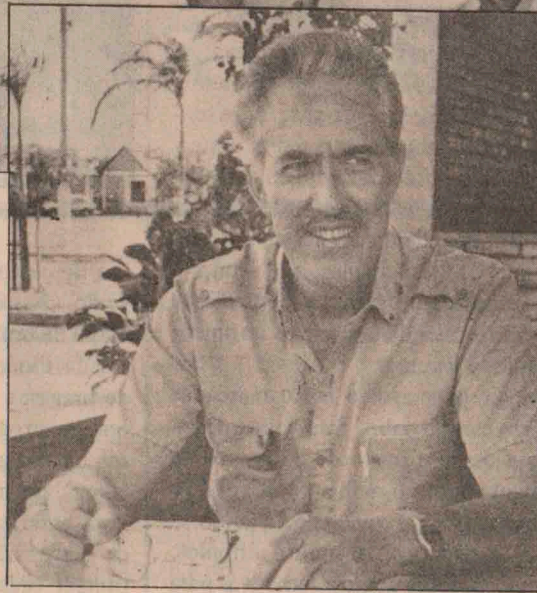


Propostas dos grupos. . .

por cento das terras com lavoura (arroz, milho, soja e trigo) do Estado. Isto quer dizer que mais da metade da área agricultável do MS está dentro do espaço de atuação da Cotrijuí (veja tabela), que possui armazéns para estocagem de até 458.500 toneladas de grãos e mantém em torno de 750 funcionários.

## REALIDADE

Esta nova fase que a Cooperativa começa a experimentar levará em conta, principalmente, a realidade do Mato Grosso do Sul. "Precisamos — diz Nedy Borges — estar situados dentro deste contexto, aprimorando e ampliando serviços, e tendo uma estrutura que permita o acesso do produtor à Cooperativa, para que ele se sinta participante e comprometido com sua casa. Temos, enfim, que apresentar a



. . . foram entregues a Nedy Borges

Cotrijuí como boa alternativa para a atividade econômica do produtor".

Agora, por exemplo, deverá merecer prioridade uma situação nova que se apresenta no Estado, com o corte nos subsídios ao crédito rural e o conseqüente aumento nos custos de produção. Isso pode fazer com que o agricultor, geralmente arrendatário, reduza a produção de grãos.

As áreas de lavoura serão — conforme estas precisões — ocupadas pela pecuária. O desafio consiste na capacidade da Cotrijuí adequar-se a esta mudança, com a criação de serviços que garantam o recebimento da produção de carne.

## SEGURANÇA

Para o diretor regional, será decisiva, a partir de agora, a competência da Cooperativa para viabilização da atividade diversificada, que deve acontecer. Ele observa que toda a atenção deve ser dada à garantia de que o que for produzido também será comercializado. "Dando segurança ao produtor, ao garantir mercado e preço para uma produção bem programada, poderemos então levar e obter resposta à mensagem cooperativista", ressalta ele. Sem essa eficiência, o cooperativismo não existirá como alternativa para muitos produtores.

O seminário realizado em Campo Grande é lembrado por Nedy Borges como parte deste trabalho de reflexão, que procura fazer com que dirigentes, produtores e funcionários busquem em conjunto as alternativas para o MS. Ele ficou com a atribuição de coordenar a execução de medidas de ordem operacional, mas também, em alguns casos, de caráter político (veja abaixo), aprovadas durante o encontro.

## AS ÁREAS DE LAVOURA

Cultura	Cotrijuí (ha)	Estado (ha)	Área de ação (%)
Arroz	201.000	380.000	53
Milho	27.715	132.434	19
Soja	680.000	1.182.522	58
Trigo	119.300	133.158	90
Total	1.028.015	1.828.114	56

Os números mostram que 58 por cento das lavouras de soja do MS estão na área em que a Cotrijuí atua. Fonte: IBGE.

## As conclusões dos trabalhos em grupo

As conclusões do seminário foram tiradas dos trabalhos em grupo, realizados após cada uma das palestras. Muito do que se levantou já vem sendo analisado há mais tempo na Cotrijuí, mas as análises abordaram, em vários casos, antigas questões com novos enfoques. Daí saíram propostas, e algumas delas defendidas por unanimidade, como a de que está na hora de se depurar o quadro social, para que assim se valorize ainda mais o associado cooperativista que entrega sua produção e participa da vida da Cooperativa. Estas foram as principais conclusões:

### A Cotrijuí e o produtor

Muitos produtores do MS são arrendatários e se transferem de uma área para outra com muita frequência. Este produtor é imediatista, em função da sua situação de não-proprietário, e mantém um relacionamento precário com a cooperativa. O rodízio que isso provoca no quadro social deve merecer uma avaliação,

para que a própria consciência cooperativista possa evoluir.

O grande proprietário rural, no caso o pecuarista, busca o sucesso econômico. Geralmente, saiu de outros Estados e foi para o MS na tentativa de conseguir o que não obteve em sua terra. O cooperativismo ainda não conseguiu atrair este produtor, que é individualista e ainda não se convenceu de que o sistema oferece de fato compensações também para os grandes.

Para que possa acompanhar as mudanças no setor primário, a Cooperativa deve diversificar serviços, além de aprimorar os que já são prestados. Seria preciso apostar na diversificação, mas garantindo a comercialização do que for produzido. Ao mesmo tempo em que deve conquistar novos associados, a Cooperativa precisa esclarecê-los sobre direitos e obrigações, eliminando de seus quadros quem não for realmente cooperativista.

### Saídas para a crise

A crise econômica se reflete diretamente no cooperativismo, a iniciar pelo corte no crédito, do custeio à comercialização. É preciso capitalizar ao máximo os recursos gerados pela agricultura, e buscar o auto-financiamento através de cooperativas de crédito. As informações, sobre os problemas que atingem o setor e comprometem o sistema, devem ser levadas ao produtor, para que ela tenha condições de discutir e propor saídas.

Um levantamento sócio-econômico poderia demonstrar a situação, necessidades e aspirações dos produtores. Este trabalho indicaria, por exemplo, problemas e potencialidades para diversificação de atividades. A participação dos produtores, nestas e outras decisões, será fortalecida com uma maior integração unida-de-associado, sempre se respeitando as características locais.

Está na hora de se cobrar mais dos órgãos e entidades que detêm a repre-

sentação política das cooperativas. Estas entidades são, às vezes, inoperantes, ou não têm atuação efetiva que expresse a real situação do setor. A diversificação de atividades foi citada como exemplo de projeto que não terá avanços, se as cooperativas não contarem com força capaz de mudar os rumos da política voltada para a monocultura.

### Outras propostas

Fortalecer a área técnica da Cooperativa. Dar condições, com cursos, seminários e treinamentos, para que o setor de pessoal seja mais eficiente. Incrementar a área de insumos. Criar condições para que o associado participe mais da Cooperativa. Estimular a troca de experiências entre técnico e produtor. A Estrutura do Poder deve ser mantida, com maior clareza da função dos representantes. O desmembramento deve ser mais discutido, para que o associado se sinta em condições de decidir.



# De tudo um pouco

No calendário do CTC, atividades em várias áreas até o final do ano

Produtores, técnicos e estudantes que forem ao CTC, a partir de junho, poderão participar de cursos, palestras e dias de campo, quando serão avaliados vários dos trabalhos em realização no Centro de Treinamento da Cotrijuí. O calendário das atividades do CTC, até dezembro, já está pronto, e prevê a divulgação, nestes encontros, de informações das áreas de forrageiras, fruticultura, produção leiteira, piscicultura e hortas domésticas, além de outros experimentos.

Agora, em junho, acontecerá a 1ª Semana Técnica, para o pessoal do Departamento Agrotécnico das unidades da Região Pioneira, com palestras do dia 25 até o dia 29. Agrônomos, veterinários, técnicos agrícolas e outros funcionários da Cooperativa falarão sobre forrageiras, culturas de inverno, conservação do solo, culturas de verão, formação de hortas, fruticultura, suinocultura, avicultura, pecuária de leite, criação de ovelhas de corte, piscicultura e uso de maquinário.

Roberto Carbonera, agrônomo coordenador de Pesquisa e Extensão do Centro de Treinamento, observa que esta Semana servirá para uma avaliação dos resultados dos trabalhos, em cada uma dessas áreas, e para que se pense nas formas de se levar estes conhecimentos ao produtor, bem como receber sugestões. Os técnicos ficarão conhecendo, por exemplo, não só os dados de experimentos na lavoura, como também alguns macetes sobre a adaptação das máquinas e implementos agrícolas para as mais variadas atividades.

## JULHO

Em julho, haverá a segunda etapa da Semana Técnica, do dia 2 até o dia 6, para o pessoal que teve de ficar nas unidades e não pôde assistir as palestras de junho. Depois, de 17 a 24 acontecerá a Semana da Fruticultura, que se realiza anualmente e é promovida pela terceira vez. Esta Semana é dirigida aos produtores e está dividida em duas partes, uma teórica e a outra prática. Tudo o que se refere à formação, condução e produção de um pomar será abordado neste curso.

Haverá um dia de palestras e aulas práticas, para os produtores de cada unidade, conforme este programa: dia 17; Ijuí dia 18, Augusto Pestana; 19, Jóia e Ajuricaba; dia 20, Santo Augusto e Chiapetta; e no dia 24, Coronel Bicaco e Te-

nente Portela. Também para julho está previsto um encontro com produtores de leite de Ijuí, para a troca de informações sobre pastagens, rações caseiras e outros aspectos técnicos, mas a data não foi ainda definida. No mesmo mês, o CTC será visitado por esposas e filhos de associados, de acordo com calendário que está sendo elaborado pela Comunicação e Educação.

## AGOSTO

Em agosto o Centro de Treinamento promoverá dois cursos, sobre alimentação para gado leiteiro e formação de hortas domésticas, em datas a serem marcadas. Carbonera antecipa que o curso sobre hortas será bastante interessante, porque os produtores poderão ter acesso à tecnologia que o CTC está começando a empregar para adubação orgânica e controle de pragas, sem o uso de defensivos químicos em verduras e legumes.

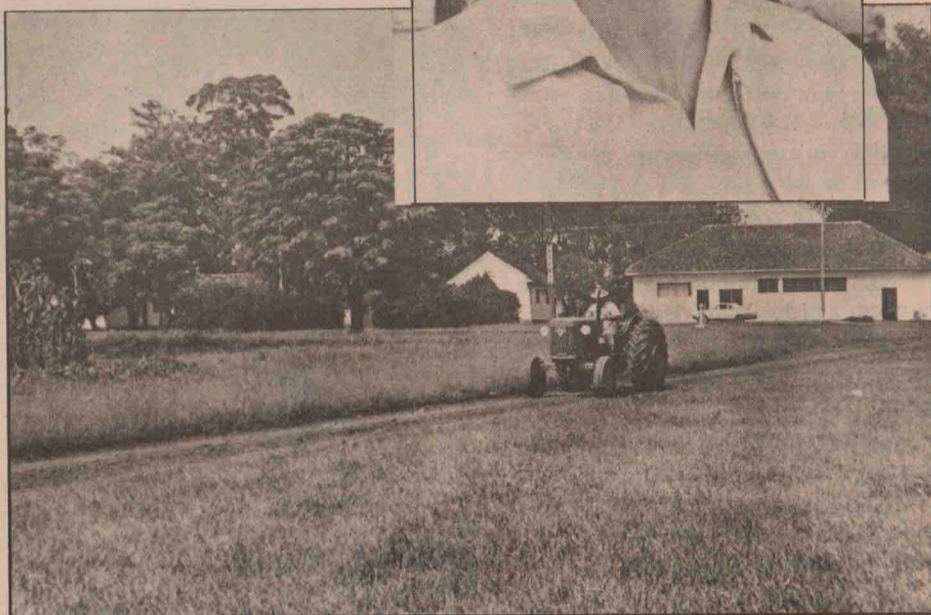
Ainda para agosto estão marcados um dia de campo sobre forrageiras de inverno e a demonstração de resultados de experimentos com o milho e com rotação de culturas. O CTC vem selecionando as melhores variedades de milhos crioulos, para multiplicação, como alternativas para os produtores. Já rio que se refere à rotação serão mostrados dados sobre os rendimentos alcançados por diversas culturas plantadas em rodízio em sete parcelas.

## SETEMBRO

No mês de setembro acontecerá um dia de campo sobre o plantio de mandioca, batatinha e batata doce, com a distribuição de manivas, que são as mudas da mandioca. Ainda em setembro, cursos sobre piscicultura para as unidades de Tenente Portela, Coronel Bicaco e Chiapetta, e a segunda etapa do curso sobre alimentação para gado leiteiro; reunião técnica com representantes da Região Pioneira; e dois dias de campo, a respeito de forrageiras e criação de galinha sobre pastagens.

## OUTUBRO

Em outubro o CTC terá um seminário para técnicos e produtores, com a aná-



Carbonera quer o CTC cada vez mais visitado por produtores, técnicos e estudantes

lise de custos de produção das culturas de verão. Nesse mês acontecerá a segunda etapa da reunião técnica com representantes da Pioneira; um curso sobre controle de pragas; e mais três dias de campo para que os produtores conheçam experimentos nas áreas de criação de suínos em pastagens, plantio direto e forrageiras. Carbonera enfatiza que o curso sobre controle de pragas irá destacar a necessidade de se utilizar cada vez mais o controle biológico, sem o uso de defensivos químicos, sempre que isso for possível.

## NOVEMBRO

Em novembro os produtores e técnicos terão a oportunidade de acompanhar a colheita de uma lavoura de colza. Nesse dia de campo serão transmitidas informações sobre regulagem da colheitadeira, ponto de colheita e métodos para que se evite que a colza se transforme num inço. Também está programado para novembro um dia de campo sobre plantio direto.

## DEZEMBRO

Em dezembro terão continuidade as visitas de esposas e filhos de associados, mas o restante da programação ainda não foi definido. O coordenador de Pesquisa e Extensão do CTC lembra que as datas das atividades previstas a partir de julho serão

anunciadas com antecedência. Além disso, este calendário deverá contar com outros cursos e dias de campo, que podem ser programados posteriormente.

Para o agrônomo, é bom que se diga que o CTC vem despertando, cada vez mais, a atenção não só de produtores, mas também de técnicos e estudantes de outras regiões. Dia 19 de maio, por exemplo o Centro foi visitado por uma caravana de 65 pessoas da Tapejara. A comitiva foi trazida por iniciativa do prefeito Norberto Dall Olivo, que também esteve no CTC para conferir o que o diretor técnico da Cotrijuí, Renato Borges de Medeiros, havia dito em palestra em Tapejara, no ano passado.

Além dos estudantes dos cursos que formam técnicos agrícolas, o CTC continua recebendo muitos estagiários de cursos superiores de Agronomia, brasileiros e estrangeiros. Em setembro, um estagiário de Bonn., Alemanha, virá a Ijuí para uma estadia de quatro meses. No final do ano, outro estudante alemão, de Kassel, também fará seu estágio no CTC. Para Carbonera, o que interessa é que o Centro de Treinamento esteja aberto a todos, e que aos poucos ele seja entendido como patrimônio "que deve ser assumido pela comunidade".



**COTRIEXPORT** —  
CORRETORA DE SEGUROS LTDA.

Representa tranquilidade contra  
as incertezas do dia-a-dia

Em Ijuí: Rua das Chácaras 1513  
fone: 332-3765 ou 332-2400

# Pague o seu ITR 84 até 11/06/84.

## Quem paga no prazo vive tranquilo.

Data de vencimento para os municípios de Ijuí, Panambi, Ajuricaba e Augusto Pestana.

**ITR 84**  
MEAF INCRA





# Novo prazo para liquidação

A primeira parcela dos financiamentos de custeio das lavouras de verão poderá ser paga 30 dias depois do vencimento. Esta medida foi adotada pelo Conselho Monetário Nacional, a pedido do Ministério da Agricultura, e é dirigida a agricultores cujos contratos, dessa primeira parcela, têm vencimento a 31 de maio ou durante o mês de junho. Só que a prorrogação não terá os juros de mora, mas a correção monetária, que incidirá sobre o capital, nos 30 dias, será integral, mais a taxa prevista de 3 por cento.

O custeio, como se recorda, foi liberado com juro de 3 por cento, mais 85 por cento da correção monetária, conforme as normas que vigoravam até então. Quem optar pela prorrogação, paga correção integral durante o período de dilatação do prazo. Os critérios, para concessão deste benefício, estão na circular 861, de 4 de maio, que estabelece outras condições.

## CONDIÇÕES

O produto colhido deve ficar depositado à ordem do Banco do Brasil ou outro agente financeiro financiador, se for o caso, como garantia. Os produtores que pretendam contar com a prorrogação não podem ter recebido EGF (Empréstimo do Governo Federal), com vinculação da mesma safra à liberação desta verba. Quem pegou EGF e deixou a safra como garantia, não terá, portanto, direito à dilatação no prazo para pagar o financiamento.

Para conseguir a prorrogação, o produtor deve se dirigir ao banco e solicitar o benefício, assinando um termo de compromisso de que aceita os critérios estabelecidos pelo Banco Central. Se o financiamento foi liberado por repasse, esta providência deve ser tomada junto à cooperativa.

A princípio, a prorrogação parece ser uma boa medida, tanto para o agricultor como para o governo, porque a correção monetária integral, sobre o período de 30 dias, seria mais compensadora que os juros de mora. Mas o produtor deve procurar se informar, junto ao banco, sobre a evolução da correção monetária, para que possa comparar o crescimento de sua dívida com a evolução dos preços do produto. Isso dependerá, é claro, da época de vencimento da primeira parcela, para que as contas possam ser feitas.

## COMPENSAÇÕES

Em alguns casos, o produtor irá descobrir que é preferível saldar logo este débito, do que aderir à prorrogação. Mesmo porque ninguém pode garantir que os preços da soja e do milho, por exemplo, crescerão de forma a compensar esta vantagem oferecida pelo governo. Vale lembrar também que a medida não atende integralmente à reivindicação feita pelas lideranças do setor primário, que pediram o pagamento da primeira parcela em setembro, junto com a última.

A verdade é que a prorrogação foi uma decisão que pode

muito mais beneficiar o próprio governo federal do que os agricultores. Acontece que neste meio de ano há necessidade de muito dinheiro para comercialização das safras, e estes recursos

estão cada vez mais escassos. A falta de dinheiro é tão grande, que algumas áreas do governo chegaram a pensar em recorrer a recursos do Imposto de Renda, para a comercialização da safra.

Este dinheiro, que é do contribuinte e se refere à devolução, representa uma soma de 1 trilhão e 800 bilhões de cruzeiros. A proposta era esta: reter a devolução, por uns três meses. A

sugestão não vingou, porque isso implicaria em prejuízos para uns 4 milhões de contribuintes, que estavam à espera do retorno a que têm direito.

## Faça como os contribuintes de Dourados: pague o seu ITR 84 no prazo e viva tranqüilo.

Dourados, próspero centro de colonização do Incra, já recebeu as suas guias do ITR 84.

Se você, como os cidadãos de Dourados e mais 1.700.000 proprietários rurais, está com o seu cadastro atualizado no Incra e deu seu endereço correto, você recebe a sua guia em casa.

Mas, se o Incra não tem o seu endereço, ou o endereço que você deu não é claro, sua guia foi enviada para um dos bancos arrecadadores do seu município.

Além disto, o Incra manda uma notificação para a prefeitura municipal.

Nesta notificação está escrito em qual agência do banco autorizado você pode encontrar a sua guia, qual o valor a pagar e a data de vencimento.

Na Unidade Municipal de Cadastramento da Prefeitura você tira as suas dúvidas.

Todas as guias do ITR 84 já foram encaminhadas pelo correio ou se encontram em cobrança na rede bancária autorizada.

Se você ainda não recebeu a sua guia ou notificação do ITR, vá à prefeitura para obter informações.

Além da prefeitura, outro lugar onde você pode obter informações da guia do ITR é o seu sindicato rural. O Incra mandou para lá uma notificação igual à da prefeitura, com os dados do ITR de todos os seus filiados. Se for mais fácil para você, tire suas dúvidas no sindicato.

Agora, muita atenção: cada município tem uma data de vencimento diferente - 21 de maio, 1.º de junho, 11 de junho, 21 de junho. O seu ITR deve ser pago de uma só vez numa destas datas.

Verifique qual o seu prazo de pagamento na prefeitura, no sindicato, no banco ou na própria guia.

Mas não deixe para ver isto na última hora. Você pode pagar o seu ITR em qualquer agência de qualquer banco autorizado, sem multa, até a data de vencimento que consta da guia ou notificação do ITR 84. Até 30 dias após o vencimento, a multa é de 10%, mais juros de 1%; passando dos 30 dias, a multa é de 15%, mais juros de 1% por mês atrasado. Além disto, você fica sujeito à cobrança judicial, com multa de 20%, mais juros de 12% ao ano, correção monetária, custas judiciais e honorários. E, pior, perde o direito a todos os descontos no ano seguinte. Por isto, pagando em dia, você garante os frutos do seu trabalho. Garante também uma vida melhor para a sua comunidade.

Desde o ano passado, 100% do ITR ficam com a prefeitura do município onde se localiza o seu imóvel rural. E, além de ajudar a sua comunidade, junto com o ITR são cobradas outras contribuições que também ajudam os sindicatos. Com mais dinheiro, o sindicato trabalha melhor por você. Além do que o ITR é um imposto justo. Ele dá desconto de até 90% para quem planta mais e produz melhor. Mas, em compensação, para quem tem terras e não planta, ele aumenta cada vez mais.

O ITR é um imposto que incentiva o homem a tirar o melhor proveito da sua terra. Por isto, se você planta mais e melhor, tem desconto no seu ITR e, pagando em dia, você pode viver tranqüilo.

**ITR 84**  
MEAF  **INCRA**



# Mais perto de quem compra

A intenção de se chegar a uma forma de venda mais direta do farelo brasileiro, para países da Europa, pode deixar de ser uma idéia apenas pretensiosa. O caminho para se chegar lá pode estar sendo aberto com mais uma etapa do intercâmbio

que já vem ocorrendo entre órgãos oficiais e outras entidades brasileiras e francesas. Este intercâmbio tem a coordenação nacional a cargo da Fidene, idealizadora de um projeto de cooperação, do qual fizeram parte, no final de maio e iní-

cio de junho, dois seminários realizados na França.

Os seminários, realizados em Montellier e Toulouse, de 21 de maio a 1º de junho, tiveram entre os participantes o diretor de Pesquisa e Extensão da Fidene, de Ijuí,

Telmo Frantz, e o diretor da Criaec — Centro Regional de Informações Agropecuárias e Econômicas, da mesma Fundação, Argemiro Luís Brum. Eles estiveram na França com o apoio da Fecotriço, CNPQ — um centro do governo, da área de

pesquisas, Cotrijuí e Cotriexport, e foram hóspedes do governo francês.

## ALTERNATIVAS

O primeiro seminário, na área de pesquisa, em Montellier, foi realizado no Laboratório de Economia Internacional, do Instituto Agrônomo Mediterrâneo. Ali, foram debatidos aspectos das relações comerciais Brasil — Europa, e especialmente a comercialização do farelo de soja brasileiro. Neste seminário se discutiu mais uma vez a situação do mercado comprador, as novas informações sobre a capacidade de demanda dos países europeus e uma possível aproximação entre quem vende e quem compra.

Telmo Frantz lembra que a intenção de se realizar negócios diretos, por exemplo, entre cooperativas brasileiras e francesas, esbarra em vários obstáculos. Mas a exclusão dos intermediários ou outras alternativas podem ser estudadas, e talvez surjam do trabalho de dois grupos que logo vão analisar o assunto. Estas equipes serão integradas por técnicos europeus, e contarão também com a participação de Argemiro Luís Brum, que em agosto viaja à França, onde deve permanecer por uns quatro anos, para curso de doutorado.

O importante, segundo Telmo Frantz, é que o intercâmbio que se amplia não tratará apenas de questões imediatas relacionadas com o comércio Brasil-Europa na área da soja. "Estamos iniciando um trabalho de longo prazo, para que a troca de informações seja permanente, com cooperação também na área técnica", ressalta ele. Esta cooperação foi debatida no segundo seminário, em Toulouse, numa iniciativa da Essor — uma associação de agricultores do sudoeste da França.

## COOPERAÇÃO

Para o diretor da Fidene, é preciso também conhecer o sistema de produção francês, com técnicos e produtores daquele país tendo, ao mesmo tempo, acesso às informações do Brasil. Estabelecida esta troca de conhecimento, tanto um como outro entenderão ainda mais a realidade do setor primário, da produção à comercialização. Estudos em conjunto poderão indicar alternativas para a agricultura dos dois países.

Também é assim que haverá condições para uma avaliação mais correta do que pode acontecer com o maior comprador do farelo brasileiro, que é a Europa, no que se refere à sua capacidade de continuar ou não adquirindo o produto. Hoje, já se sabe que há uma tendência de redução nas compras, em função das novas opções que estes países têm perseguido, para que não continuem dependendo tanto do farelo de soja. Só a França compra do Brasil 75 por cento dos 4 milhões de toneladas de farelo que consome.

Esta tendência — lembra Telmo Frantz — deve ser levada em conta, mesmo que os europeus não consigam, a curto prazo, desprezar o farelo que têm de importar. Ele e Argemiro Luís Brum participaram dos seminários junto com Carmine Rosito, diretor técnico da Fecotriço, Mauro Mauriva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tapejara, e outros técnicos brasileiros.

## Aumente sua produtividade.



## Aplique TILT.

Este é o momento certo para você garantir o aumento da produtividade de sua lavoura de trigo.

O uso do novo fungicida Tilt oferece esta certeza, porque ele elimina as maiores responsáveis pela baixa produtividade da cultura: as doenças fúngicas.

Para ir tão longe em termos de controle, Tilt se apóia em seu amplo espectro, qualidade que é consequência de suas características e modo de ação.

Tilt é um produto sistêmico que age e protege o trigo no interior da planta; e não superficialmente como os fungicidas comuns.

Ele previne o desenvolvimento das doenças, mas se elas já estiverem presentes nas plantas, Tilt passa a funcionar como um produto curativo.

Não existe nada igual na Triticultura.

Tilt — o fungicida completo para o trigo.

Vá buscá-lo na revenda ou cooperativa mais próximas.

**Tilt**

TILT NO TRIGO É LUCRO NO BOLSO

CIBA-GEIGY  
DIV. AGROQUÍMICA

® Marca Registrada



# Previdência: "Paraná" também para rurais

Os empregadores rurais já podem contar com mais um dos benefícios que a Previdência Social concede aos segurados da cidade. A partir de agora, eles poderão ser internados para tratamento em qualquer hospital, e não só nos hospitais de seus municípios, como vinha acontecendo. Só que este benefício está dentro das mudanças previstas no Plano Paraná, que já vigora para os segurados urbanos e começa a valer também para os rurais.

Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que recebe um benefício, o empregador deve se alertar para a perda de outros. A portaria que permite as internações em qualquer cidade é a de número 279, de 20 de fevereiro de 1984, e muita gente ainda não sabe que ela está em vigor. A vantagem existe de fato, porque termina com um obstáculo que existia até então, mas deve ser vista no conjunto das medidas da Previdência, que visam introduzir o Plano Paraná também no atendimento a produtores.

## TETOS

Este Plano é o que estabelece valores para os serviços prestados pelos hospitais a previdenciários. A Previdência determina tetos, que geralmente são muito baixos, e somente paga até este valor aos hospitais. O que acontece então? É claro que os gastos considerados excessivos vão ser descarregados nas costas do beneficiário, do trabalhador ou do empregador rural.

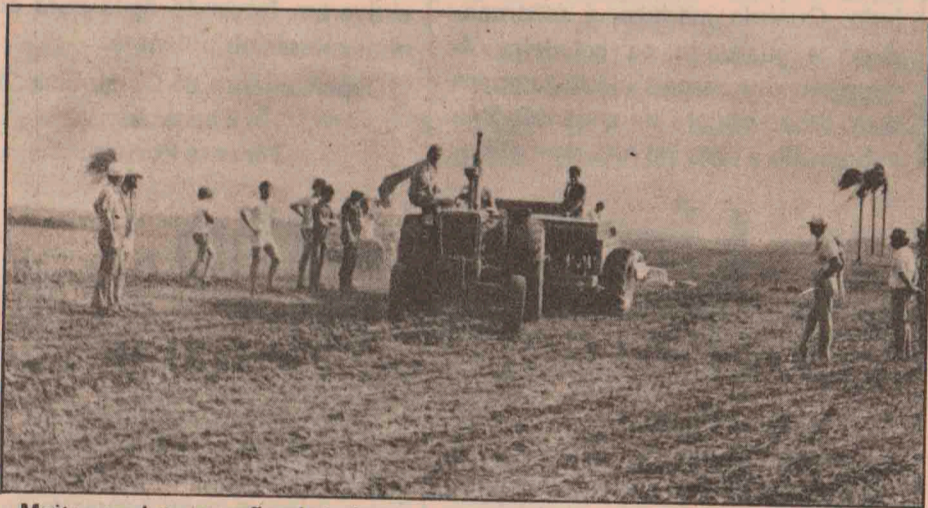
Por enquanto, o Plano Paraná começa a vigorar apenas para os empregadores, mas logo, até o final de junho possivelmente, irá valer também para os trabalhadores rurais. Tanto num como no outro caso, ainda não estão bem claros os critérios que serão obedecidos pelos hospitais, mesmo porque até para o trabalhador urbano a situação ainda é meio confusa.

## "POR FORA"

O que se sabe é que os hospitais estão tentando, de todas as formas, enfrentar esta nova situação, pois a grande maioria diz ter prejuízos com as contas de segurados da Previdência. É assim que muitos segurados já tiveram que pagar "por fora" os valores a mais de uma cirurgia que, meses antes, era totalmente coberta pela Previdência. Num seminário realizado em Ijuí, em maio, numa iniciativa da Fidene, os administradores de hospitais da região admitiram que a única saída agora é se adaptar a esta nova política.

Esta posição dos dirigentes das casas de saúde é bem diferente da adotada no ano passado, quando se anunciou que o Plano passaria a vigorar em todo o País e houve manifestações de protesto. As novas normas têm este nome porque foram aplicadas inicialmente no Paraná, onde a Previdência conseguiu reduzir os gastos com hospitais. Mas, também desta vez, a redução nas despesas termina representando prejuízos para o beneficiário.

# Força para o plantio direto



Muitos produtores estão aderindo ao plantio direto

O plantio direto continua sendo difundido na área de ação da Cotrijuí, com muitos dias de campo reunindo um bom número de produtores. Foi isso o que aconteceu no início de junho, na propriedade de Luís Kusiak, na Linha 5 Leste (Ijuí). Ali, com o uso de uma semeadeira fabricada especialmente para este fim e informações do técnico agrícola Sérgio Barbieri, os agricultores puderam acompanhar o plantio de trigo em lavoura com palha de soja e previamente preparada.

Este preparo, aliás, é importante para que possa se realizar o plantio direto, como ressaltou Barbieri. O solo deve ser antes corrigido, e ter rompida sua camada

compactada. O subsolador não pode ter mais do que três ferros sulcadores, pois um número maior dificulta a penetração do pé-de-pato na terra. É importante também que o solo esteja protegido por uma camada de palha.

O plantio direto, como a maioria já sabe, é uma das práticas para recuperação e conservação de solo, e pode ser feito sem que o produtor tenha que necessariamente investir na compra de máquinas. Com adaptações em plantadeiras comuns, muitos agricultores obtêm bons resultados. O surgimento de inço também não é problema, especialmente para lavouras pequenas e geralmente limpas.



Momento não é bom para quem quer vender ou comprar

# Feira do Terneiro: oferta foi baixa e crédito limitado

A baixa oferta de animais, de um lado, e as restrições de crédito, de outro, fizeram com que a 10ª edição da Feira do Terneiro de Ijuí fosse a menos movimentada das já realizadas no município. As vendas aconteceram dia 5 de junho, no Parque Municipal de Exposições Assis Brasil, e tiveram uma novidade desta vez: a Primeira Feira da Terneira Foram leiloados 174 animais (129 machos e 45 fêmeas), e a Feira teve um movimento em dinheiro de Cr\$ 29 milhões e 755 mil.

O êxito da promoção este ano foi comprometido já a partir do número de animais enviados ao parque. Estavam inscritos 230 machos e 90 fêmeas, mas compareceram 129 terneiros e 75 terneiras, em decorrência da chuva. Mas, enquanto o número de produtores dispostos a vender era reduzido, foi expressiva a participação de criadores que estavam entusiasmados com a possibilidade de comprar. Tanto que havia mais de 20 criadores inscritos para compra.

## CAUSAS

A conjugação de fatores desfavoráveis — a baixa oferta e o crédito limitado — frustraram estes compradores, mesmo que isso já fosse mais ou menos esperado. O veterinário Valdir Groff, que sempre participa da organização da Feira, observa que há hoje no Estado 28 exposições para venda de terneiros. Assim, a

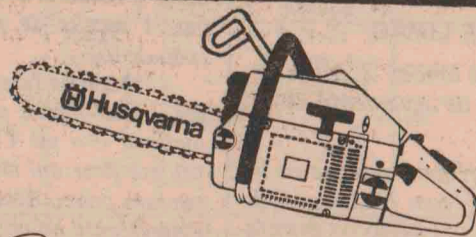
oferta de animais já não fica concentrada nas poucas feiras que existiam até anos atrás.

Há dois anos, houve um abate excessivo de matrizes no Estado, e isso repercutiu também na disponibilidade de terneiros. Para completar, os criadores tradicionais, da zona da pecuária, estão apostando numa elevação dos preços do boi, e preferem ficar com os animais no campo, como observa Valdir Groff. Muitos destes criadores até que poderiam vender parte do rebanho nas feiras, mas desistem da idéia em função do crédito bastante restrito para investimentos como este, o que dificulta a comercialização.

## GADO LEITEIRO

A Feira de Ijuí, que geralmente tem leilões durante todo um dia, encerrou as vendas deste ano em apenas uma hora. O preço médio do terneiro ficou em Cr\$ 175.426,38, e o da terneira em Cr\$ 158.333,33, e estão acima das médias dos valores conseguidos em outras exposições no Estado. Agora, a preocupação é com a 12ª Feira do Gado Leiteiro de Ijuí, que está prevista para o período de 18 a 23 de julho, com inscrições de 1º a 26 de junho, no Sindicato Rural Patronal. Este ano haverá, na mesma época, a Feira Agropecuária, com venda ou troca de outros animais e maquinário agrícola, também no Parque Assis Brasil.

# Husqvarna



(0512) 42-5955

Pergunte a um profissional



# As propriedades do limão

O limão é uma das frutas mais conhecidas pelo mundo, mas nem sempre tem sido lido a devida importância. É rico em vitaminas, cálcio e fósforo, e pode tranquilamente ser utilizado na alimentação humana.

Existem diversas variedades de limão, mas na região, basicamente destacam apenas a siciliano, o galego e o cravo. A variedade siciliano se caracteriza por apresentar frutos grandes, ovais, com ápices pontudos, passando da cor verde para o amarelo. O galego apresenta frutos pequenos e redondos. É bastante suculento. O cravo, ainda conhecido por limão bergamota, também se apresenta bastante suculento e com casca de cor alaranjada. É justamente o limão cravo que apresenta o maior valor comercial, por ser mais produtivo, capaz de ter produção durante a maior parte do ano.

O limão é bastante sensível às geadas. Caso seja plantado com finalidade comercial, a área de plantio deve ser escolhida cuidadosamente. Se as plantas ficarem muito expostas aos ventos frios de inverno e a geadas, elas só produzirão prejuízos.

Rico em vitaminas e sais minerais, tão necessários para manter uma boa saúde, o limão contém vitamina C, que além de proteger contra as infecções, contribui para a formação de ossos e dentes. Também é rico em vitaminas A, B, K, cálcio e fósforo. A necessidade diária de uma pessoa adulta de vitami-

na C é de 50 a 120 miligramas. Essa necessidade pode ser obtida a partir do consumo de 100 a 200 gramas de suco diariamente.

## PROPRIEDADES

O limão apresenta várias propriedades. Entre as principais e que mais benefícios trazem a saúde, podemos citar:

- Contribui para a cicatrização mais rápida de feridas e queimaduras. Auxilia na recomposição da pele;
- É antisséptico e bactericida. Por estas propriedades, tem sido bastante empregado em gargarejos;
- Fortificante geral do organismo;
- Auxilia na cura do reumatismo;
- É desinfetante, podendo ser usado na limpeza de ferimentos;
- Auxilia na desintoxicação do estômago e fígado;
- É considerado excelente remédio contra a azia e a má digestão;
- Calmante para dor de cabeça, desde que o suco seja ingerido misturado com água fria ou morna.

O suco do limão ainda pode ser utilizado na limpeza de objetos de metal e bronze, de mãos manchadas com nicotina; de pias de banheiros, vasilhames de leite, mameiras ou objetos de vidros. Manchas de ferrugem em roupas brancas, desaparecem ao serem lavadas com água misturada ao suco de limão.

O limão não apresenta contra indicações. Algumas pessoas têm uma idéia errada a respeito das propriedades da fruta e não costumam utilizá-la na sua alimentação por

medo de que cause algum estrago no esmalte dos dentes. O que acontece na verdade é que o limão atua como um fortificante do esmalte dos dentes e também das gengivas. Tampouco o limão é responsável por queimaduras, úlceras e perfurações no estômago, como algumas pessoas pensam. Bem pelo contrário, ele atua como cicatrizante, neutralizador da acidez estomacal e reconstrutor dos tecidos. É claro que não se recomenda o uso de quantidades muito grande de suco puro e de forma contínua.

## OS CUIDADOS

Mas para que o limão não perca parte de suas propriedades é preciso tomar alguns cuidados. Por exemplo, o limão perde parte da vitamina C quando utilizado muito maduro. O ideal é usá-lo no ponto certo de amadurecimento. Também ocorre perda de vitamina quando a fruta fica cortada e exposta por muito tempo ao ar livre. A limonada deve ser feita na hora de ser servida. O limão ainda perde vitamina, embora permaneça com os demais nutrientes, quando fervido.

Para cortar o limão use, sempre que possível, uma faca inoxidável. Outro material destrói a vitamina C.

Quando verde, o limão deve ser guardado em lugar fresco e arejado. Quando maduro, o recomendado é guardá-lo na geladeira. A exemplo dos demais sucos, também o do limão poderá ser engarrafado e submetido a uma fervura em banho-

maria, com ou sem açúcar.

Outro sistema eficiente para guardar o suco e sem necessidade de fervura é espremer o limão, coá-lo e saturá-lo com açúcar. Para um litro de suco usa-se em torno de 800 gramas de açúcar a frio. Para se obter um copo de limonada, usar duas colheres desta mistura e água fria.

## SUGESTÕES

Para melhor aproveitamento do limão na sua propriedade, apresentamos algumas sugestões, a serem utilizadas pela dona de casa:

- Espremer o limão sobre peixes que estão sendo preparados. A carne fica mais branca, além de ficar mais saborosa;
- Para obter leite coalhado misture duas colheres de suco de limão para cada copo de leite fervido;
- Uma colher de suco de limão adicionada ao repolho que está cozinhando, evita o despreendimento de cheiro forte;
- Com o limão pode-se melhorar o sabor de bifes, fígado e até de ovo frito;
- Abacate temperado com limão fica mais saboroso;
- O limão pode substituir o vinagre nas saladas;
- Nas dietas sem sal, o limão ameniza o sabor dos alimentos;
- Um pouco de suco de limão evita o escurecimento de panelas, quando estiverem fervendo água para cozinhar massas ou polentas.

Departamento de Comunicação,  
e Educação  
Tenente Portela.

## Receitas com limão

Como aproveitar melhor o limão, que nesta época do ano começa a amadurecer? O Departamento de Comunicação e Educação sugere, além dos sucos concentrados que podem ficar guardados no congelador por algum tempo, uma receita de licor de limão. Uma outra sugestão fica por conta da Torta de Merengue de Limão.

### LICOR DE LIMÃO

**Ingredientes:** 8 limões, 2 copos de açúcar, 2 1/2 copos de aguardente de álcool de cereais

**Modo de fazer:** Lave e seque os limões. Tire as cascas, com cuidado, e pique-as. Coloque em um vidro ou garrafa de boca larga. Misture as cascas, o açúcar e o aguardente. Tampe com uma rolha nova e deixe em infusão por uns 15 dias, em lugar fresco. Agite a garrafa uma vez por dia, para evitar que o açúcar se deposite no fundo. Coe o licor com um filtro

especial e passe-o por um pano seco e limpo. Sirva depois de dois dias.

### TORTA MERENGUE DE LIMÃO

**Ingredientes:** 1 xícara de açúcar, 2 colheres de maisena, 1 colher de sal, 1 1/2 xícara de água quente, 1 1/2 xícara de miolo de pão fresco esmigalhado, 3 ovos, 1 colher de manteiga, casca ralada de 1 limão, suco de 2 limões, 3 colheres de açúcar, 1 receita de massa de torta assada (pão-de-ló).

**Modo de fazer:** Coloque uma panela em banho-maria e misture o açúcar, a maisena e o sal. Cozinhe, mexendo sempre até ficar um creme liso e grosso. Misture um pouco desse creme com as gemas, e acrescente ao creme da panela. Cozinhe por 3 minutos e deixe esfriar. Ponha este creme na massa de torta assada. Bata as claras em neve e junte, uma de cada vez, 3 colheres de açúcar. Bata bem e ponha por cima da torta, cobrindo-a. Leve ao forno pré-aquecido até ficar dourada.

## Um trabalho da comunidade

No cumprimento de mais uma etapa do trabalho realizado junto aos núcleos femininos de esposas e filhas de associados e que tem, fundamentalmente, o objetivo de reduzir os custos familiares e ainda valorizar o trabalho da mulher do meio rural, o Departamento de Comunicação e Educação da Unidade de Augusto Pestana coordenou a realização de um curso de tricô no núcleo de Bom Princípio. As aulas teóricas e práticas estiveram a cargo de Alice Scherer e Loni Ruwer, também participantes do núcleo de Bom Princípio.

Durante o tempo de realização do curso, as participantes tiveram a oportunidade de tricotar blusões, casacos, coletes, mantas, luvas e casaquinhos de bebê. Para uma orientação futura, cada participante organizou um álbum, contendo os pontos mais difíceis de serem tricotados.

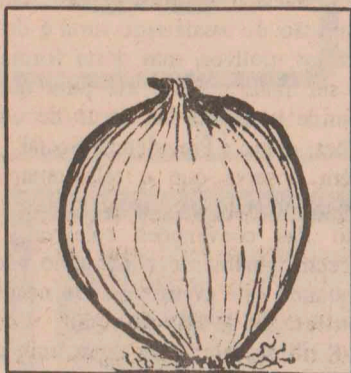
No dia do encerramento, em 15 de maio, as participantes organizaram uma mostra de seus trabalhos. Estiveram presentes, além das participantes do curso e das comunicadoras da Unidade de Augusto Pestana, Leonair de Barros e Clarice Filipin, a coordenadora do Departamento de Comunicação e Educação da Cotrijuí, Noemi Huth, que falou sobre a atuação da mulher junto ao sistema cooperativista.

### AS PARTICIPANTES

O curso de tricô de Bom Princípio contou com a participação de Rejane Wildner, Rosane Wildner, Rosana Haine, Salister Matke, Soeli Portolan, Marité Saussen, Irene Saussen, Soeli Wüst, Adeli Weiler, Iliane Ruwer, Elizete Motke, Eunice Portolan, Salete François, Judite Goergen, Normi Mallmann, Idaci Baischi, Maria Baischi, Cleria Baischi, Adriane Schneider e Iara Mallmann.



# A lavoura do mês



**CEBOLA**

Estamos agora em plena época de transplante de cebola e de um modo geral as mudas estão muito boas. O espaçamento de 10 centímetros entre plantas e 25 centímetros entre linhas é o recomendado para cebola.

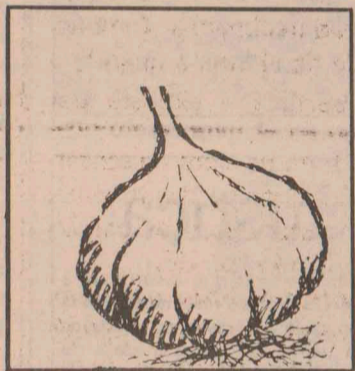
Os produtores que transplantarem as mudas há 20 ou 30 dias, recomenda-se o uso de Sulfato de Amônio na razão de 5g/m<sup>2</sup>, de preferência estando a terra solta, passando uma enxadilha para melhor eficiência do produto.

## ERVILHA

A cultura da ervilha deverá ter algum acréscimo nesta safra, na área de ação da Cooperativa. A ervilha cultivada em pequenas extensões pode ter duas finalidades: a colheita de grãos verdes ou grãos secos. Os grãos verdes podem ser usados em sopas, com ou sem as vagens, e os grãos secos podem ser guardados para serem usados mais adiante em substituição ao feijão. Quando se cultivar as ervilhas para colher grão seco e destinar à comercializa-

ção, deve-se lembrar que o mercado somente aceita o produto que apresentar os grãos de cor verde (mesmo estando seca). Este fato ocorre porque o consumidor e mesmo o atacadista consideram a cor verde como uma segurança de que não haja mistura com soja, que, quando quebrada, fica com aspecto muito semelhante à ervilha quebrada. Além disto, a maior parte dos pratos à base de ervilha, tradicionalmente, são esverdeados.

A cultura da ervilha é, portanto, uma opção que ainda pode ser seguida como plantio para este inverno, sempre lembrando os aspectos aqui comentados.



**ALHO**

O alho agora está totalmente implantado na área de atuação da Cooperativa, tendo havido um pequeno decréscimo de área em relação ao ano passado. O que se observa nas lavouras dos produtores tradicionais é que o desenvolvimento das plantas é bom, não

tendo ocorrido problemas que afetem a produtividade.

Em algumas áreas tem havido alguma dificuldade no controle de invasoras, pois em consequência dos muitos dias chuvosos não tem sido possível efetuar as capinas manuais. Recomenda-se neste caso o uso de pesticidas, cuja orientação pode ser obtida junto ao Departamento Agrotécnico.



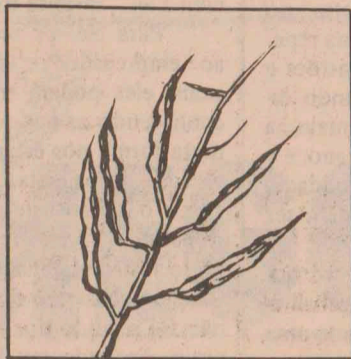
**HORTALIÇAS DIVERSAS**

As hortas estão recuperando o seu desenvolvimento e as plantas de ciclo curto estão novamente em produção. A alface é uma planta que semeada agora apresenta boas condições de desenvolvimento, pois é adaptada ao clima frio, se bem que não resiste a geadas.

As variedades de alface recomendadas para esta época são: Boston Branca, Rainha de maio, Maravilha de inverno, Grandes lagos e outras.

Aos que se atrasaram na semeadura de cenoura e beterraba, lembra-se que es-

tas plantas também são de clima frio, se desenvolvendo muito bem nesta época.



## LENTILHA

As áreas com lentilha estão todas implantadas, em sua maioria, já emergindo do solo. O que se tem observado é que em função das fortes chuvas ocorridas em algumas regiões, houve menor número de plantas, deixando a lavoura um pouco rala. Até o momento, porém, acredita-se que isto não irá influenciar no potencial de produtividade.

## Semana de fruticultura

A fruticultura volta novamente a ser assunto. Isso porque a Cotrijuí, através do seu Centro de Treinamento, realiza a Terceira Semana Especial de Fruticultura, destinada especificamente para associados que não tiveram oportunidade de participar dos cursos anteriores.

O curso vai acontecer em duas fases, sendo uma primeira teórica, onde será abordado assuntos sobre a importância do pomar doméstico, localização do pomar; cuidados na abertura das covas; adubação; escolha de mudas; influência do porta-enxerto; cultivo de cítrus (laranja, limão e bergamota) e ainda de pêssegos, maçãs, peras, ameixas, cáquis, entre outros.

Numa segunda etapa, o pessoal do Departamento Técnico da Cotrijuí, responsável pelo curso, vai dar orientações sobre poda em geral; elaboração de calda bordalesa e calda sulfocálcica, utilizadas no tratamento de doenças; plantio de mudas e condução de macieiras. Poda, condução, tratamento de um parreiral, serão assuntos para serem tratados em curso separado e com data ainda por ser definida.

No primeiro dia, 17 de julho, o curso vai contar com a participação de associados de Ijuí. Dia 18 será a vez dos associados de Augusto Pestana. Associados de Jóia e Ajuricaba participam no dia 19; associados de Santo Augusto e Chiapetta no dia 20 e associados de Coronel Bicaco e Tenente Portela no dia 24 de julho.

Os associados inscritos deverão comparecer no curso munidos de uma tesoura de poda e um canivete de enxertia, porque só assim, todos terão acesso às práticas.

### QUADRO DE ÉPOCAS DE SEMEADURA/VARIEDADES/ÁREA

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Repolho			12 m <sup>2</sup> Coração de Boi e Matzukase				12 m <sup>2</sup> Matzukase, Chumbinho				12 m <sup>2</sup> Matzukase, Chumbinho	
Couve			12 m <sup>2</sup> Manteiga				12 m <sup>2</sup> Manteiga					
Rabanete	4 m <sup>2</sup> Saxa, Redondo vermelho		4 m <sup>2</sup> Saxa, Redondo vermelho		4 m <sup>2</sup> Saxa, Redondo vermelho		4 m <sup>2</sup> Saxa, Redondo vermelho		4 m <sup>2</sup> Saxa, Redondo vermelho		4 m <sup>2</sup> Saxa, Redondo vermelho	
Rúcula	6 m <sup>2</sup> Cultivada			6 m <sup>2</sup> Cultivada			6 m <sup>2</sup> Cultivada			6 m <sup>2</sup> Cultivada		
Cenoura			18 m <sup>2</sup> Nantes						18 m <sup>2</sup> Kuroda			
Alface			12 m <sup>2</sup> Boston Branca e Rainha Mai		12 m <sup>2</sup> Boston Branca e Rainha Mai		12 m <sup>2</sup> Boston Branca e Rainha Mai		12 m <sup>2</sup> Kagraner e Maravilha verão		12 m <sup>2</sup> Kagraner e Maravilha verão	
Beterraba			18 m <sup>2</sup> Tall Top						18 m <sup>2</sup> Tall Top			
Tomate	50 plantas Yokota							50 plantas Kada, P. Gig.				
Pepino	50 plantas Wisconsin							50 plantas Wisconsin			50 pl. Ginca	
Cebola			2.000 plantas Baia Periforme	2.000 plantas Baia Periforme								

COLHEITA DO MÊS: (para quem segue as sugestões do plantio do quadro acima): Rabanete, Alface, Cenoura, Repolho, Couve e Beterraba

## RECOMENDAÇÕES

Mudas de eucaliptos estão disponíveis em todas as Unidades da Cooperativa. A hora de plantar árvores é agora.

Esta é a época em que as árvores perdem suas folhas. Estas podem ser juntadas e depositadas em buracos ou montes para que apodreçam e possam já no próximo verão ser usadas como adubo orgânico, o qual é um excelente produto para a horta.



# Experiência que deu certo

Implantada em Ijuí em maio de 1981, a convenção coletiva rural até que não foi bem entendida no início, tanto por empregadores como por trabalhadores da lavoura. Esta forma de melhor disciplinar as relações trabalhistas no meio rural nada mais é do que uma repetição do que já acontece entre patrões e empregados da cidade, estabelecendo direitos e obrigações. Agora, em maio, a convenção chegou ao seu terceiro ano, e a experiência já é dada como consolidada, com resultados positivos que podem ser medidos de várias formas.

Os acordos são assinados pelos sindicatos dos empregadores e dos trabalhadores rurais, e estabelecem, em cada uma de suas cláusulas, normas referentes a salários, horas extras, jornada de trabalho e outros aspectos já previstos na legislação. Cada acordo somente é firmado depois de várias reuniões entre os dirigentes dos sindicatos, que levam em conta os pontos de vista de suas bases, dos associados. Este relacionamento, oportunizado pelos acordos, é pioneiro no Estado, pois nenhum outro município implantou até hoje a convenção coletiva rural.

## APERFEIÇOAR

Reinholdo Luiz Kommers, presidente do Sindicato Rural Patronal de Ijuí, está certo de que esta disciplina das relações trabalhistas tende a ser cada vez mais aperfeiçoada. Ele lembra que a grande maioria dos empregadores não registrava seus funcionários, até então, e por isso não eram poucos os trabalhadores que atuavam na lavoura sem carteira assinada. "Muita gente desconhecia por completo a legislação trabalhista", enfatiza seu Kommers, observando que isso quase sempre acabava provocando transtornos na Justiça.

"Hoje — diz o presidente do sindicato — o empregador assina a carteira de trabalho, cuida da emissão de recibos com valores bem discriminados a cada mês, e as reclamações vão naturalmente sendo reduzidas". A redução no número de casos encaminhados à Justiça, para acerto de contas, de fato vem existindo (veja ao lado), em função do melhor cumprimento das leis. "E nós procuramos sempre, em primeiro lugar, o acordo entre as partes, quando acontecem desacertos", afirma ele.

## JUIZ DE PAZ

Os dois sindicatos atuam como mediadores, nestes casos, e a busca do entendimento, para que se evite as reclamações e a burocracia da Justiça, vem tendo êxito. Tanto que em 84 todas as reclamações resultaram em acordo, sempre

que passaram pelos sindicatos, sem a necessidade do encaminhamento de recurso à Junta de Conciliação e Julgamento. "Somos uma espécie de juiz de paz, e prestamos orientação sempre de acordo com a lei", ressalta Reinholdo Kommers.

Para ele, os acordos dão segurança ao empregador e ao empregado, pois assim eles podem melhor se relacionar, conhecendo as leis. "O importante é que desta forma nós estamos divulgando a legislação trabalhista, para que tanto um como o outro esteja mais esclarecido a respeito", diz ele. É interessante, contudo, o fato de que, apesar do êxito da convenção coletiva, o exemplo dado por Ijuí não foi seguido por nenhum outro município. Segundo seu Kommers, a maioria



Kommers: atuando como um juiz de paz

prefere se orientar apenas pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que, na verdade, só é conhecida por poucos.

## ORGANIZAÇÃO

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Carlos Karlinski, concorda que a maior importância da convenção coletiva está na divulgação das leis. É por aí, segundo ele, que os trabalhadores da lavoura ficarão conhecendo seus direitos e, aos poucos, tratarão inclusive de estar melhor organizados como categoria. Os acordos têm assim uma importante função pedagógica, educativa, e devem contribuir para a conscientização do operário rural.

"O maior resultado disso — salienta Karlinski — está neste ponto, na discussão



Karlinski: acordo ajuda organização

que a convenção coletiva proporciona. A organização do assalariado rural é difícil, por vários motivos, mas desta forma ela pode ser mais efetiva, até para que se aprofunde o debate em torno de outras questões, como a Previdência Social". Ele também observa que o relacionamento patrão-empregado melhorou bastante em função das convenções coletivas, que favorecem igualmente o pequeno produtor, quando este eventualmente necessita da contratação de mão-de-obra.

Karlinski enumera ainda uma série de vantagens, estabelecidas pelos acordos, que vão além do que é previsto na legislação trabalhista. No último acordo, em vigor desde 1º de maio, mais de 10 cláusulas tratam destes benefícios. A cláusula três determina que o reajuste salarial de quem recebe até três salários mínimos será acrescido de dois por cento sobre o índice do INPC. O adicional ainda é pequeno, mas já passa sobre a legislação salarial, e pode significar um bom início.

## VANTAGENS

Na cláusula seis, estão as normas para horas extras, que estabelecem valores superiores aos previstos na CLT (30 por cento sobre a hora normal, quando de um máximo de duas horas extras, e 40 por cento sobre as excedentes). Na cláusula oito, se prevê que o trabalhador receberá do empregador salários até 30 dias depois do afastamento do serviço por problema de saúde. E no caso de acidente do trabalho, por 90 dias o empregador irá completar a diferença de salário, não coberta pelo auxílio da Previdência, para que o vencimento do funcionário não seja reduzido neste período.

Na cláusula 11, fica acertado que o trabalhador não efetivo também terá direito a valores proporcionais referentes a 13º salário, férias e domingos remunerados, incluindo indenizações. Outras vantagens estão nas cláusulas 12, 13, 16, 18, 19, 22, 27 e 28 (veja Cotrijornal de abril), e tratam das homologações de rescisões de contrato pelos sindicatos; da jornada de trabalho de seis horas e meia (a CLT prevê oito horas diárias); dos auxílios para quem estuda; e da ajuda para funerais.

O presidente do sindicato lembra que a tendência, na zona da soja, é de concentração da propriedade, pelo que se tem visto nos últimos anos. Por isso, é bem provável que cresça o número de assalariados, para trabalhar nas médias e grandes propriedades. É claro que esta tendência não é nada boa, como salienta Karlinski, mas pensando nisto é importante que se dê atenção à legislação trabalhista.

## Menos queixas na Justiça

"A aplicação das Leis Trabalhistas nas Relações de Trabalho". Este é o título de uma monografia apresentada por Lourdes Elizabete Weiler, para conclusão do curso de Administração de Empresas, na Fidene, de Ijuí. Lourdes, que também é bacharel de Direito, trabalha como auxiliar judiciária na Junta de Conciliação e Julgamento de Ijuí, e mostra — entre outros dados — a evolução do número de reclamações trabalhistas de operários rurais, de 1980 a 1982.

Neste trabalho, há indícios de que os acordos que os sindicatos passaram a assinar contribuíram para a redução dos casos de acerto de contas encaminhados à Justiça. O levantamento se refere a reclamações de Ijuí, Ajuricaba, Santo Augusto e Augusto Pestana, que encaminharam à Junta um total de 1.046 queixas trabalhistas em 1980. Destas, 115 haviam sido impreteridas por trabalhadores rurais. Já em 81, quando começa a vigorar a convenção coletiva, as reclamações rurais caem para 106; e em 1982 têm outra queda para 79.

## MENOS EM 83

Lourdes levou dois meses realizando a pesquisa, e concluiu o levantamento antes de contar com os dados de 83. Mas é certo que no ano passado o número de queixas de trabalhadores rurais caiu ainda mais. Ela conhece de perto os problemas que são levados à Junta, e está convencida de que no ano passado foram

bem pouco os trabalhadores que recorreram à Justiça por não terem direitos respeitados pelos patrões. Na maior parte dos casos, os operários reclamam de não terem carteira assinada e de horas extras, segundo ela.

## SANTO AUGUSTO

O trabalho também mostra outros dados interessantes, como o de que Santo Augusto supera facilmente os outros municípios sob jurisdição da Junta de Ijuí, em número de reclamações, incluindo-se aí também as de trabalhadores da cidade. As reclamações de Augusto Pestana e Ajuricaba somadas não encostam nas de Santo Augusto. Em 1980, Ajuricaba teve 4 queixas; Augusto Pestana, 9; e Santo Augusto, 75. Ijuí, naquele ano, ficou com 945 reclamações.

Em 1981, Ajuricaba teve 3 reclamações; Santo Augusto, 47 (Augusto Pestana não consta do levantamento de 81); e Ijuí, 759. E em 82 Ajuricaba encaminhou 13; Augusto Pestana, 13; Santo Augusto, 46; e Ijuí, 724. Os números são altos para Santo Augusto talvez sejam explicados pela maior concentração da média e grande propriedade naquele município, que atrai mais trabalhadores; e pela mão-de-obra migrante que, em função disso, se alojou nas periferias da cidade. Vale lembrar também que Santo Augusto tem atividades econômicas, na cidade, bem mais diversificadas.

# Ponha a safra pra render na Poupança Bamerindus.



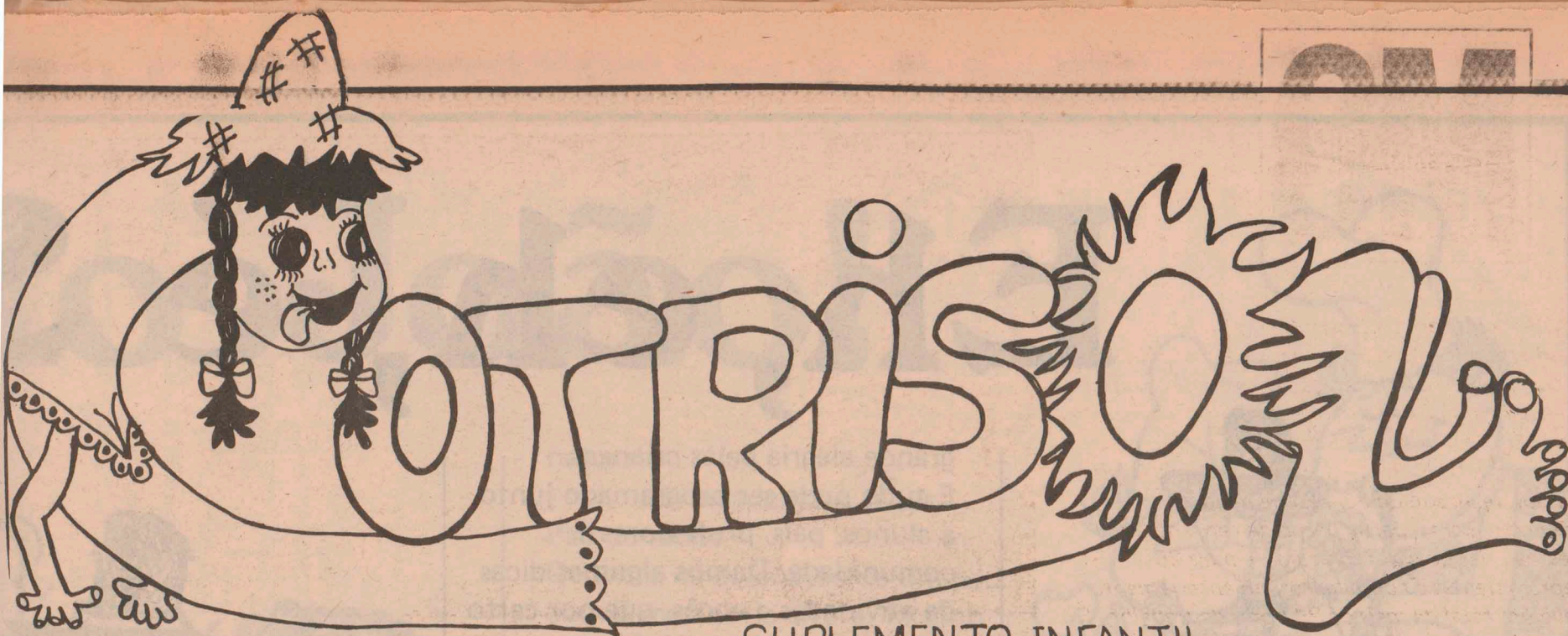
Está na hora de ganhar o máximo na comercialização da safra deste ano, sem deixar que a inflação acabe com os resultados do seu trabalho.

Defenda-se. Aplique na Poupança Bamerindus. Todo mês ela rende juros e Correção Monetária e vai dar ao seu dinheiro aquela força que ele precisa.

Do plantio à colheita, a Caderneta Bamerindus tem a melhor safra em poupança.

 **Bamerindus**  
O banco da nossa terra.





SUPLEMENTO INFANTIL

ELABORADO NA ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE ASSIS - FIDENE IJUI



### Vamos cantar?

Desta vez vamos deixar o papai e o vovô muito contentes, cantando este velho sucesso para eles. Vamos lá:

#### ASA BRANCA

Luíz Gonzaga

Quando olhei a terra ardendo  
Qual fogueira de São João  
Eu perguntei, ai  
A Deus do céu, ai  
Por que tamanha judiação.

Que brasileiro, que fornalha  
Quanto pé de plantação  
Por falta d'água, ai  
Perdi meu gado, ai  
Morreu de sede meu alazão.

Até mesmo a asa branca  
Bateu asas no sertão  
Então eu disse: "Adeus Rosinha"  
Guarda contigo, meu coração.

Hoje longe muitas léguas  
Numa triste solidão  
Espero a chuva cair de novo  
Pra mim voltar pro meu sertão.

Quando o verde dos teus olhos  
Se espalhar na plantação  
Eu te asseguro  
Não chores não, viu  
Eu voltarei, viu.  
Meu coração.

### Jogo dramático

#### O FOGO

O acompanhamento pode ser feito por um instrumento de corda ou qualquer outro som criado pelas crianças.

Sugerimos estes movimentos, mas o importante é cada um criar e se expressar a sua maneira.

Primeiro:

Temos frio.

As crianças chegam em diversas atitudes características de quem sente frio, (som triste).

Segundo:

Façamos uma fogueira.

Realizam movimentos para se aquecerem e poderem trabalhar.

Terceiro:

Apanhemos a lenha.

Ao ritmo da música lenta. Movimento em conjunto daqueles que vão tirar os galhos secos das árvores e daqueles que os apanham no chão.

Quarto:

Empilhemos a lenha.

Os dois do meio se abaixam, apanham a lenha e passam à vizinhança.

Quinto:

Cansaço.

As crianças expressam cansaço, enxugando a testa.

Sexto:

Acendamos o fogo.

Cada criança se abaixa, risca um fósforo, imita o barulho do fogo.

A chama sobe.

Neste momento, um aluno salta para o centro, ajoelha-se e se encolhe.

É a chama. Os outros sopram para que a chama suba.

A chama se eleva, pouco a pouco.

Calor.

Todos se sentam.

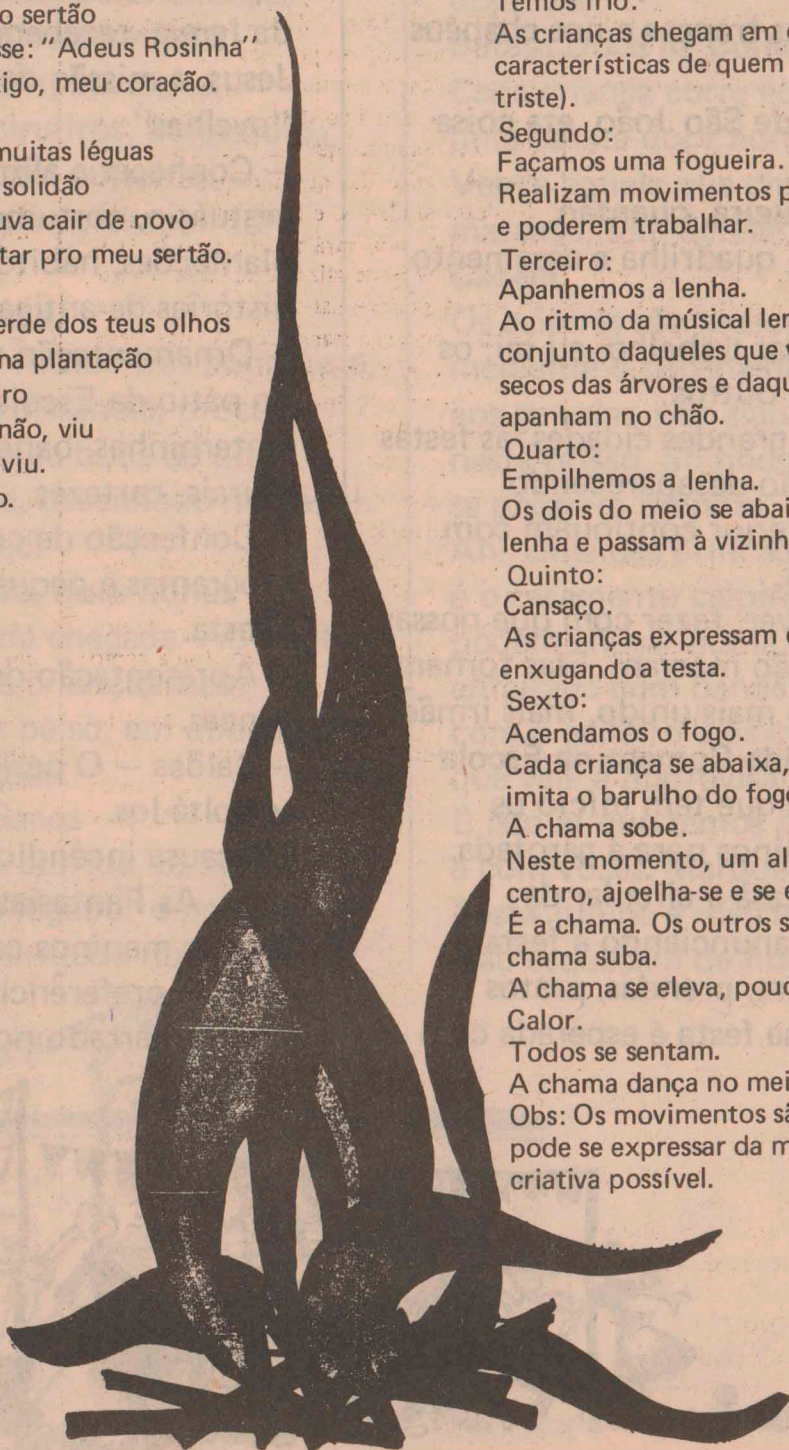
A chama dança no meio.

Obs: Os movimentos são livres e cada um pode se expressar da maneira solta e criativa possível.

### CAÇA - PALAVRAS

F	F	B	A	L	Ã	O	S	Q
P	O	M	O	E	F	A	Ã	U
V	G	M	N	F	O	A	O	A
Q	U	E	N	T	Ã	O	J	D
V	E	P	M	O	P	B	O	R
P	I	P	O	C	A	O	Ã	I
R	R	F	N	V	F	P	O	L
I	A	P	I	N	H	Ã	O	H
R	A	P	A	D	U	R	A	A
C	A	I	P	I	R	A	R	O

No diagrama acima existem nove palavras que se relacionam com as Festas Juninas. Vamos procurá-las.





# Eh, eh, é São João!



Tempinho "bão" este: a imaginação roda solta, meninos e meninas caprichando na maquilagem e nos bigodes, nas tranças e nos chapéus de palha.

Uma festa de São João, eta coisa boa!

Vai ter fogueira, quentão, foguetório, quadrilha e casamento caipira.

E não vai dar trabalho, eu sei; os tempos são outros.

Nas nossas grandes cidades, as festas juninas estão desaparecendo. Mas, no interior continuam com toda beleza.

É nosso dever, fazer com que nossas tradições não morram. Elas tornam nosso povo mais unido, mais irmão.

**A Agenda Começa na Escola**  
É na escola que tem início os festejos juninos para a garotada. Chega em casa a circular da professora anunciando a festa: roupa caipira, prendas, pratos típicos. Essa festa é esperada com

grande alegria pelas crianças. E tudo pode ser programado junto a alunos, pais, professores e comunidade. Damos algumas dicas de atividades a vocês, que por certo tornarão as aulas muito interessantes.

- Lenda da origem da Festa.
- Valorização do trabalho do homem do meio rural.
- Admiração pelas nossas festas tradicionais.
- Respeito pelas pessoas antigas.
- Conhecer a vida dos padroeiros destas festas: Santo Antônio de Pádua, São João Batista e o Apóstolo Pedro, que foi o 1º Papa da Igreja, recebendo, do próprio Jesus, a missão de apascentar as "ovelhas".

- Conhecer a alimentação, vestuário, costumes, transportes, plantações, hábitos, fogo de chão e histórias de antigamente.

- Ornamentação da sala de aula e do pátio da Escola, com lanterninhas, bandeiras, correntes, murais, cartazes.

- Confecção de convites, programas e pequenas prendas para a festa.

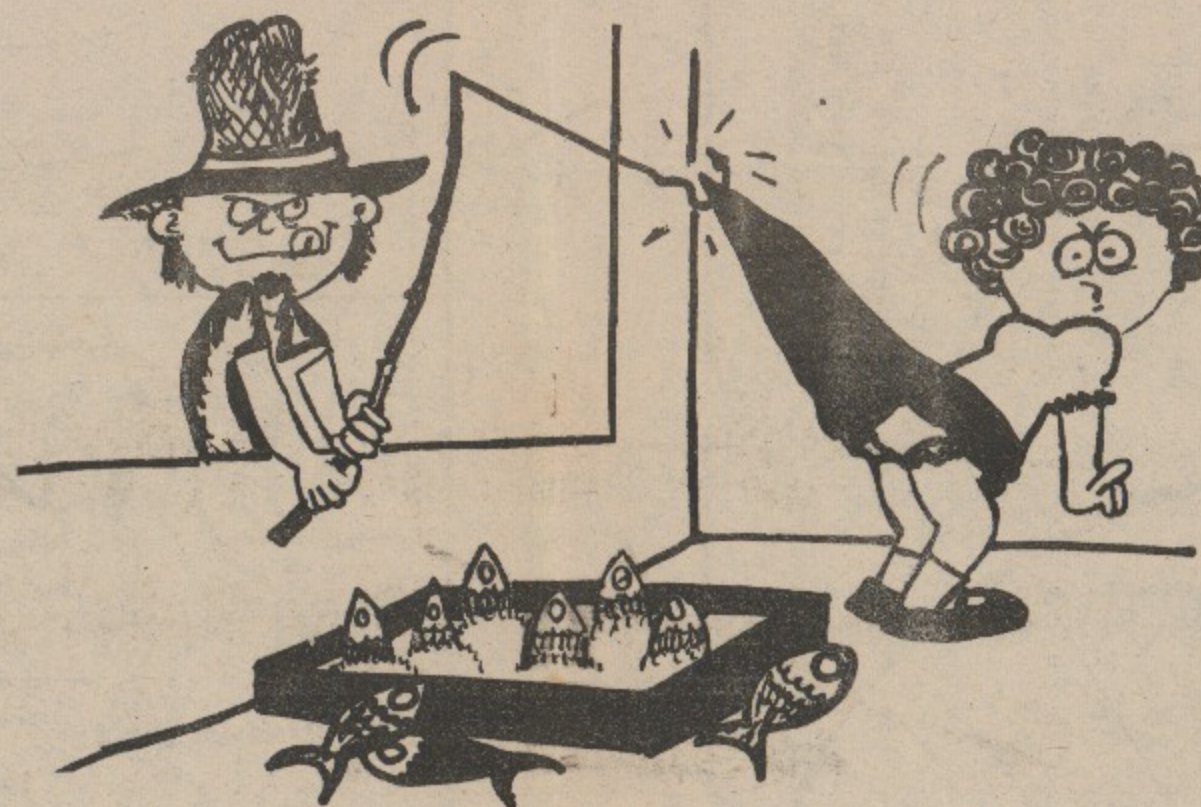
- Apresentação de quadrinhas e danças.

- Balões - O perigo que corremos ao soltá-los.

Ele causa incêndios.

### As Fantasias de Caipiras

Para os meninos calça e camisa, esta, de preferência xadrez. Um lenço amarrado no pescoço,



chapéu, sapato ou bota, barbas, bigode, cavanhaques nos rostinhos masculinos.

Para as meninas, vestidos de chita ou papel crepon, bem coloridos, que depois da festa podem ser guardados para brincadeiras. Não se esqueçam de usar laços de fitas, para ficarem "catitas". Flores e chapéus de palha complementam as idéias. E no rosto não podem faltar as sardas pintadas no nariz, com lápis preto. A boca bem vermelha, pintada com batom.

Os caipiras se sentirão bem num salão ou pátio enfeitado com bandeiras, lanternas, bonecas, petecas, violões, máscaras feitas

com abóbora, colocadas em pontos estratégicos. Dentro delas podem acender velas, enfim: todas as idéias que existem dentro de uma festa caipira. Se a festa for realizada no pátio, não pode faltar a fogueira

### Os Pratos Típicos

Se a festa é caipira, vamos cair no cardápio próprio, o que vai agradar muito aos participantes.

Pratos caseiros: doce de abóbora, de leite, pé-de-moleque, pipoca, amendoim, bolo de fubá, batata-doce assada. Tudo será servido de maneira bem simples. Use se possível peneiras, chapéus e pratos de papel.

Para beber: quentão, mate ou suco

natural.

### Brincadeiras e Jogos

#### Pau de sebo:

Consiste na colocação de um pau com 5 metros de altura, fixo no chão. É cuidadosamente preparado, tirando todos os módulos que possam existir; alguns lixam-no, sendo depois, revestido com sebo de boi, derretido. No topo colocam um triângulo de madeira e nele amarram dinheiro ou outra prenda.

- Quem vai subir?

#### Pescaria

Com um anzol, você pesca, não peixes, mas prendas. As prendas podem ser feitas pelas crianças a partir de objetos simples, tais como: lápis, borracha, revistinhas, pirulitos, bloquinhos, balas, apitos, ou pulseiras.

O importante é participar da brincadeira.

#### Acertar no Alvo

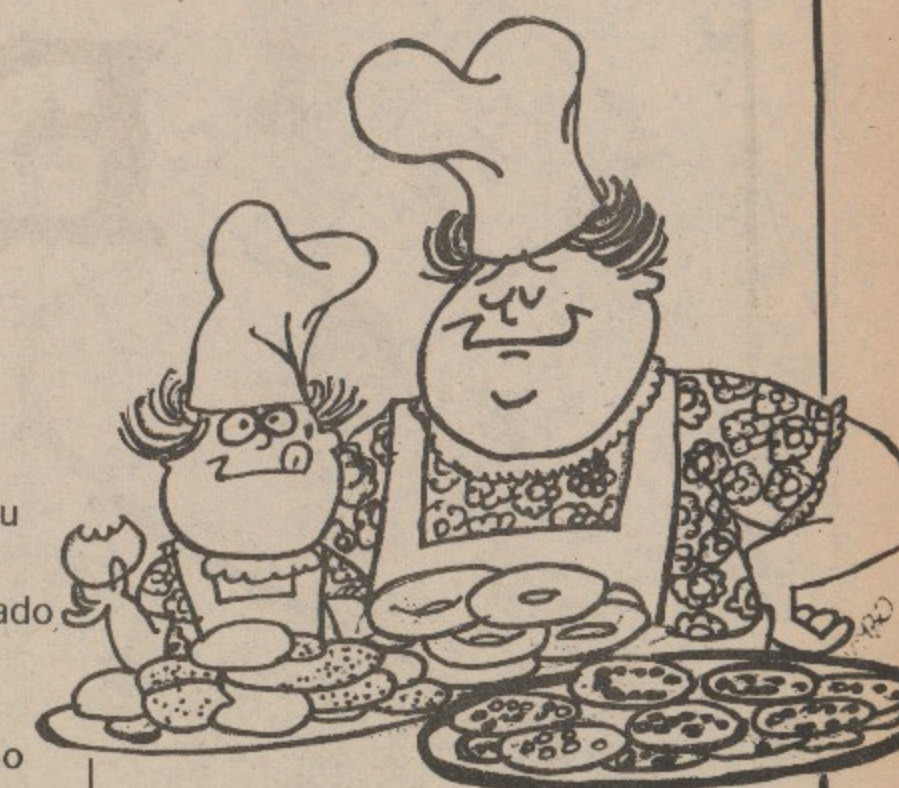
Cada jogador recebe três bolinhas e, de uma certa distância, procura jogá-la dentro da boca de um grande caipira, desenhado no papel.

#### Corrida do Saci

Riscar no chão, duas linhas paralelas e a da chegada. Ao sinal combinado as crianças saem pulando num pé só, em direção a linha de chegada.

#### Corrida dos Sacos

Semelhante à corrida do saci, fazendo cada jogador o percurso, com o corpo enfiado num saco,



bem preso a cintura.

#### Colocar Bigode no Caipira

Desenhar o rosto de um caipira. Cada jogador, de olhos vendados, tentará colocar o bigode. Vencerá o que mais se aproximar do objetivo.

#### Batata Doce na Colher

Cada criança corre equilibrando uma batata-doce numa colher. Vence aquele que chegar na linha marcada, sem deixar cair a batata.

#### Cadeia

Os caipiras são presos, isto mediante o pagamento antecipado aos guardas, por alguém interessado nesta prisão. Só podem sair de lá, se pagarem prendas.

Ah! Uma das brincadeiras divertidas é o casamento caipira. Os noivos podem chegar numa carroça enfeitada com bandeiras coloridas, com o gaiteiro e os convidados. O que vale é improvisar.

É isso aí que temos a sugerir. Agora é com vocês. Marquem a data da Festa Junina e divirtam-se. Não esqueçam de nos convidar. . .





“Correr pela sala equilibrando uma batata numa colher”

“Desenhar um casal de caipiras”

“Cantar uma música de Festa Junina”

“Fazer mímicas usando o corpo, imitando um caipira”

“Dizer, bem alto, uma quadrinha, do nosso folclore”

“Vestir de caipira o colega da esquerda, com roupas feitas de jornal”

“Fazer caretas e micagens durante meio minuto”

“Fazer cacetes e micagens durante meio minuto”

“Enumerar as comidas e bebidas típicas consumidas nas festas de São João”

“Recortar 10 bandeirinhas em 2 minutos, para enfeitar a festa”

O último que chegar vai preparar um prato de pipocas para a turma.

“Dançar uma quadrilha sem disco ou fita - durante um minuto”

**COMEÇO**

**FIM**

# Gincana Juvenil

As regras

- 1 - Convide colegas e amigos para jogar, meninos e meninas. Quatro ou cinco pessoas são um bom número.
- 2 - Use um dado para avançar as "casas". Para entrar no jogo, primeiro a criança deve tirar 1 ou 6 no dado. Quando conseguir um desses números, jogue outra vez e ande tantas "casas" quanto o dado indicar.
- 3 - Se alguém não quiser jogar, poderá servir de juiz, para julgar se as tarefas foram bem cumpridas. Se não houver este juiz, o grupo é quem decide. Quem não cumprir as tarefas deve voltar duas "casas".
- 4 - Ganha quem chegar primeiro.
- 5 - Se quiser o grupo pode mudar as tarefas ou incluir novas, aproveitando as "casas" vazias. Usando a criatividade, cada partida será diferente da anterior.

